



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

PROTOCOLO GERAL

NÚMERO: 11060002/2023

DATA ENTRADA: 06/11/2023

DEPARTAMENTO: SETOR DE PROTOCOLO - CÂMARA

FUNCIÓNÁRIO:MARIA LÚCIA DA SILVA

REQUERENTE

NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

ENDEREÇO: PRAÇA DA MATRIZ, 8, CENTRO, DELMIRO GOUVEIA/AL

TELEPHONE: (82) 3641-1194

ASSUNTO

OFICIO

OFÍCIO Nº 106/2023 - GP

OFÍCIO Nº 106/2023 - GP
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS DE GOVERNO DE 2017, 2018, 2019 E 2020.

ANDAMENTOS

[illegible]



Gabinete

Praça Da Matriz, 8, Centro - Delmiro Gouveia/AL, 57480-000. gabinete@delmirogouveia.al.gov.br // (82) 98180-0015

Ofício nº 106/2023-GP

Delmiro Gouveia/AL, 06 de novembro de 2023.

À Sua Excelência
O Vereador Marcos Antônio Silva
Presidente da Câmara Municipal
Nesta

1106 0021223
06.11.2023
efsilva

Assunto: Prestações de Contas Municipais de Governo de 2017, 2018, 2019 e 2020.

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Excelência e os demais Vereadores deste município, apresento os relatórios sobre o assunto acima e informo que coloco ao dispor da Câmara, incluindo as Comissões Permanentes, caso achem conveniente, adequado e necessário o comparecimento a essa Casa Legislativa, um representante deste Poder Executivo capaz de esclarecer quaisquer eventuais dúvidas, prestar informações e o que mais acharem preciso com relação, exclusivamente, ao assunto deste documento, no caso o sr. Moacir José Silva Bernardes.

Agradecendo a atenção e a visão do bem comum, subscrevo-me.

Atenciosamente,


ELIZIANE FERREIRA COSTA LIMA
Prefeita

AFIXADO E PUBLICADO NO
MURAL DA CAMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DO MUNICIPIO
DE DELMIRO GOUVEIA-AL, PARA
FINS DE PUBLICIDADE.

Em: 06 / 11 / 2023

Ass:

***M J S BERNARDES - CONSULTORIA, ASSESSORIA E
CONTABILIDADE PUBLICA***

Rua Cláudio Ramos, 431 – Ed. Arunachala – Ponta Verde

Maceió-Al. – CEP 57.035-020

Telefones; 99981-9272

e-mail: mfbernardesmczal@gmail.com

CNPJ – 47.476.790/0001-40

**RELATÓRIO DETALHADO, FUNDAMENTADO, CIRCUNSTANCIADO E
CONCLUSIVO SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 DO
PREFEITO
DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA-AL.**

EXERCÍCIO DE 2017

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES DE DELMIRO GOUVEIA

PRESIDENTE

Marcos Antônio Silva

**1º VICE-PRESIDENTE, SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE VIAÇÃO,
OBRAS PÚBLICAS, FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E MEMBRO
DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E
REDAÇÃO FINAL**

Edna Gomes Bernardo

**2ª VICE-PRESIDENTE E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VIAÇÃO,
OBRAS PÚBLICAS, FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Raimundo Valter Benicio

1º SECRETÁRIO E MEMBRO DA COMISSÃO DE FINANÇAS,
ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS E POSTURA

Carlos Jose Bezerra dos Santos

2º SECRETÁRIO E COMISSÃO DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS,
FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ezequiel de Carvalho Costa

3º SECRETÁRIO E PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA,
LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E REDAÇÃO FINAL

George Lisboa Junior

MEMBRO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE
CONTAS E POSTURA

Geraldo Xavier

MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO,
SAÚDE E REDAÇÃO FINAL

Henriqueta Eva Cardeal

MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO,
SAÚDE E REDAÇÃO FINAL

Jamil Cordeiro de Araujo Filho

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA
DE CONTAS E POSTURA

Everton Henrique Barbosa Rocha

SECRETÁRIO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO,
SAÚDE E REDAÇÃO FINAL E MEMBRO DA COMISSÃO DE VIAÇÃO,
OBRAS PÚBLICAS, FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Wendel Emiliano Barros

SUMÁRIO

	4
Apresentação	14
Estrutura Municipal	15
Planejamento	16
Plano Plurianual	16
Lei de Diretrizes Orçamentárias	19
Lei Orçamentária Anual	20
Demonstrativo da Receita Estimada	22
Previsão da Receita	22
Gestão Orçamentária	23
Da Receita	23
Da Receita de Alienação de Ativos e	25
Aplicação Dos Recursos	
Receitas da Operação de Crédito e Despesas	25
de Capital Regras de Ouro	25
Da Despesa	26
Resultado da Execução Orçamentária	27
Balanço Financeiro	
Disponibilidade Financeira nos	28
Termos	29
da LRF	
Balanço Orçamentário	29
Balanço Patrimonial	32
Ativo Circulante	32
Ativo não Circulante	33
Caixa e Equivalente de Caixa	33
Passivo Financeiro	34
Passivo Não Circulante	35
Saldo Patrimonial	
Créditos A Curto Prazo	36
Obrigações A Curto Prazo	36
Dívida Flutuante	36
Demonstração da Dívida Flutuante	37

Parcerias Público-Privadas	37
Licitações e Contratos	37
Garantias e Contragarantias de Valores	39
Dívida Fundada Ou Consolidada	39
Demonstração Da Dívida Fundada	40
Interna/Externa	
Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado –	40
Precatórios	41
Demonstração das Variações Patrimoniais	
Gastos na Manutenção e Desenvolvimento	45
do Ensino	
Gastos nas Ações e Serviços Públicos de	46
Saúde	
Receitas Resultantes de Impostos e	47
Transferências Constitucionais e Legais	48
Repasse Ao Poder Legislativo	50
Restos a Pagar	
Dos Relatórios Resumidos da Execução	
Orçamentária e dos Relatórios de Gestão	50
Fiscal.	50
Audiências Públicas	51
Despesas de Pessoal	
Receita Corrente Líquida	
Metas Fiscais Resultado Primário Resultado	55
Nominal	55
Controle Interno	58
Relatório de Gestão	
Conclusão do Prefeito	60



APRESENTAÇÃO

1 - Considerando que este relatório tem a intenção de subsidiar a decisão do Poder Legislativo com relação às contas municipais do ano de 2017 e a responsabilidade do administrador público com a transparência, permitindo a todos os delmirenses o conhecimento de informações importantes com relação ao emprego das finanças públicas sustentado pelo cumprimento da legislação em vigor, tendo todas as informações sido obtidas através do site da transparência municipal, da STN/SICONFI, arquivos do município e do balanço enviado à Câmara, mesmo fora do prazo legal de 90 (noventa) dias após o encerramento do respectivo ano financeiro, conforme art. 33 da Lei Orgânica Municipal, tendo sido protocolado na Câmara, o balanço, no dia 09.05.2018 que não contém os dados absolutamente necessários ao julgamento da Câmara.

2 - Considerando que é obrigação constitucional da Câmara julgar as contas municipais conforme é do conhecimento de todos os ilustres Vereadores.

3 - Considerando a promessa do Prefeito, quando da sua posse em 01 de janeiro de 2017, de acordo com o art. 39 da Lei Orgânica Municipal de cumprir fielmente as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica do Município e as demais Leis, no entanto, ao longo deste relatório, será permitida à Câmara a obrigação constitucional de fiscalização orçamentária, financeira, econômica e patrimonial do município, incluindo-a neste mesmo compromisso conforme exigência do art. 6º, do Regimento Interno do Poder Legislativo.

4 - Considerando que ao administrador público também cabe, por simetria, o disposto no art. 1.011, da Lei nº 10.406/02, Código Civil, obrigando, no exercício de suas funções, a cuidar diligenciando igualmente como todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios, objeto que é obrigação legal da Edilidade conferir.

5 - Considerando que este documento guarda coerência, sendo mais amplo, com muitos pareceres prévios e relatórios publicados por alguns Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, inclusive o de Alagoas.

6 - Considerando que é indiscutível atribuição constitucional das Câmaras de Vereadores, no caso, de Delmiro Gouveia, pilar da democracia, através dos

dignos representantes da sociedade local, estipulada no art. 31 da Carta Magna da Federação conforme art. 29, que outorgou à Lei Orgânica Municipal ampla autonomia, desde que não conflite com os princípios do art. 37, para julgar as contas municipais. Vejam, Excelências, o que diz o art. 31 da CF, abaixo transcrito:

“Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.” (grifos meus)

Mas, como poderá prevalecer documento, neste caso o Parecer Prévio do TCE, que chegue à Câmara de forma tão intempestiva, impedindo à população o conhecimento de importante comunicação que por força do caput do art. 48 da Lei Complementar nº 101/00, como instrumento de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público?

De que servirá ao interesse público uma decisão tão importante da Câmara que seja tomada e divulgada anos depois quando governantes talvez nem possam mais responder por eventuais penalidades?

7 - Considerando que este relatório tem caráter pormenorizado e preditivo no sentido do cumprimento da Câmara de Vereadores, do comportamento do governo municipal de Delmiro Gouveia no exercício financeiro de 2017 e está amparado, também, no parecer conclusivo com o Relatório de Gestão da Controladoria Geral do Município firmado em 24.04.2018 e que é parte integrante deste relatório.

8 - Considerando que o Município, em 2017 publicou o certificado negativo de Irregularidade Previdenciária, bem como outros indispensáveis documentos, quando do envio do Balanço do mesmo ano ao Poder Legislativo, esclarecendo-se que apenas o balanço não concretiza o envio de documentos que permitam a obrigação de fiscalização atribuída, constitucionalmente, à Câmara de Vereadores, tendo a confecção deste relatório sido confeccionado através de informações expostas na transparência municipal, mas que não encerram as bases exigidas pela Resolução Normativa nº 001/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, que Dispõe sobre o rol de documentos que compõe as prestações de contas anuais de governo e de gestão a serem encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

9 - Considerando que o Município não realizou Transposições, Remanejamentos e Transferências de Recursos tratadas no inciso VI, do art. 167, da Constituição Federal, mesmo autorizado Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2017. O Prefeito da época, apresentou ao TCEAL a seguinte certificação: “Certificamos, para fins de apresentação da Prestação de Contas do exercício de 2017 ao TCE/AL, a ausência de documento referente ao item abaixo relacionado, conforme justificativa apresentada a seguir: ITEM / DESCRIÇÃO: JUSTIFICATIVA: Certificamos para devidos fins de encerramento de exercício, que durante o exercício financeiro de 2017, o município de Delmiro Gouveia/AL não teve transposições, remanejamentos e transferência de recursos, com as cópias dos seus atos normativos.”

10 - Considerando que no exercício financeiro de 2017 não localizamos nenhum registro do descumprimento do disposto no § 6º, do art. 37 da Constituição Federal pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, poderiam ter causado a terceiros, o que não assegura a nossa afirmativa de que tal desobediência ao regime constitucional não tenha ocorrido.

11 - Considerando que o Município, no exercício financeiro de 2017 com relação ao § 1º, do art. 37 da Constituição Federal não temos nenhuma evidência de que foi não foi efetuada publicidade inadequada.

12 - Considerando que o Município, no exercício financeiro de 2017, não evidenciamos que foi cumprida rigorosamente a sua obrigação sobre os princípios dispostos no caput do art. 37, da Constituição Federal, sobre legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

13 - Considerando que para a confecção deste relatório foram consultados, para todas as licitações realizadas em 2017, o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CIES e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP que apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na [Lei nº 12.846/2013 \(Lei Anticorrupção\)](#), com o fim de identificar as empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

14 - Considerando que no Município não foi identificado nenhum contrato e nenhuma outra ação que contrariasse o disposto nas Leis nºs 10.520/2002 (Lei do Pregão), 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), 9.504/1997 (Lei Eleitoral) e 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), o que não consubstancia que tivessem ocorrido e que não tenha havido nenhum questionamento por quem de direito sobre tais desobediências.

15 - Considerando que o Município, em 2017, não foi identificado que tenha recebido multa aplicada por qualquer órgão competente por descumprimento de obrigações e que não tenha cumprido os prazos estabelecidos no art. 1º da Resolução Normativa nº 002/2005, e na Resolução Normativa nº 006/2006 do TCEAL.

16 - Considerando que foi consultado o Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas - CEPIM que apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

17 - Considerando que o Município não sofreu intervenção em face das situações do disposto no art. 35 da Constituição Federal, mas esta informação não assegura que o município não incorreu nas falhas que permitissem a ação do Estado.

“Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando:

I - Deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - Não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

III - Não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;

IV - O Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.”

18 - Considerando que os agentes públicos apresentaram declaração de bens e valores, de acordo com o disposto, na época da posse, no art. 13 da Lei nº 8.429/92.

19 - Considerando a comprovação que o Município estava impedido de receber transferências voluntárias, tendo sido consultada a Controladoria Geral da União e o CAUC que é o Cadastro Único através do Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, confirmando-se tal afirmação diante do não recebimento regular das referidas transferências em face do descumprimento dos limites do art. 20 da Lei Complementar nº 101/00, conforme será detalhado no item adequado deste relatório..

20 - Considerando que os quadros demonstrativos apresentados abaixo têm a função de permitir uma análise mais adequada dos Exceientíssimos membros do Poder Legislativo.

21 - Considerando a competência exclusiva da Câmara para julgar as referidas contas está disposta no inciso X, do art. 13 da Lei Orgânica Municipal, em perfeita simetria com o IX, do art. 49 da CF.

22 - Considerando que tal julgamento não impede que a Câmara ao receber o Parecer Prévio do Tribunal de Contas reveja a sua decisão, para retificá-la se a posição do TCE for contrária ao julgamento do Poder Legislativo, mas se for pela mesma decisão, caberá a aprovação do Parecer Prévio da Corte de Contas.

23 - Considerando que o § 1º, do art. 57 da Lei Complementar nº 101/00, a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece o prazo de cento e oitenta dias para emissão de parecer técnico por parte dos Tribunais de Contas no caso dos Municípios com menos de duzentos mil habitantes, no entanto, no caso de Delmiro Gouveia, há mais de dez anos não existem notícias da emissão de tais pareceres, chamados de Pareceres Prévios.

24 - Considerando que a tempestividade do prazo acima é confirmada pelo inciso II, do art. 6º da Resolução nº 003/2001, do TCEAL, Regimento Interno e que a remessa à Câmara antes do final do ano seguinte ao da emissão do Parecer Prévio servirá, também, como documento didático com um método teórico geral visando à resolução de uma série de eventuais problemas concretos e práticos que possam ser consertados, caso se repitam no ano posterior ao das contas e evitados nos exercícios financeiros posteriores. No sentido da atenção ao interesse público, conforme exposição de motivos da autoria do Projeto da Lei Complementar nº 101/00.

25 - Considerando que como todos sabem, parecer é o alvedrio opinativo que neste caso é uma análise especializada sem o poder da decisão e que pode ser contestado, por mais fundamentado, circunstanciado e conclusivo que possa ser.

26 - Considerando que é importante ressaltar, ainda, que o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas não prejudica o exame dos atos e fatos administrativos de responsabilidade dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, de acordo com o parágrafo único, do art. 70 da Constituição Federal, mas têm, também, um caráter instrutivo quando acompanhado do relatório específico.

27 - Considerando que o julgamento é da Câmara, cuja jurisdição é absolutamente constitucional.

28 - Considerando que cumpre, assim, à Câmara de Vereadores, uma de suas mais relevantes missões institucionais, atribuída pelo artigo 31, § 1º da Constituição da Federal, art. 23, inciso IV, da Constituição Estadual e art. 1º da Lei Estadual nº 5.604/94, esta vigente na época.

29 - Considerando que a análise contida neste relatório técnico tem como escopo a verificação da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, o cumprimento do previsto no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e elaboração do Relatório de Gestão Fiscal, de modo a apreciar de maneira global o desempenho das ações municipais em seus aspectos orçamentário, financeiro, patrimonial e fiscal, a fim de subsidiar e permitir o julgamento legal a ser feito pela Câmara Municipal de Deimiro Gouveia.

30 - Considerando que não há evidência de que o governo municipal cumpriu, na admissão dos competentes servidores, o disposto na Súmula Vinculante nº13 do Supremo Tribunal Federal que proíbe nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Considerando que não há evidência de que foram prestadas declarações formais por todos os servidores sobre o não enquadramento nas proibições da referida Súmula e de não acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso de dois cargos de professor; de um cargo de professor com outro técnico ou científico; e de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, conforme inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal.

31 - Considerando que através da transparência municipal foi cumprida a determinação do § 6º, do art. 37 da Constituição Federal, que diz:

“§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.”

32 - Considerando que não há evidência de que o Município cumpriu o disposto no art. 5º, da Lei nº 8.666/93 e na Resolução Normativa nº 002/2017, do TCEAL que determinaram o cumprimento da ordem cronológica de pagamentos,

por parte da Administração Pública Estadual e Municipal, das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

33 - Considerando que o Município, voltado para o contido no caput do art. 6º da Constituição Federal e da cláusula pétrea constitucional no inciso IV, do § 4º, do art. 60, da CF, ligados aos direitos e garantias fundamentais e sociais emitiu, segundo publicação de algumas leis no portal da transparência municipal, **mas registra-se que outras importantes leis não foram publicadas o que anula os efeitos produzidos pelas mesmas, descumprindo os importantes princípios constitucionais da publicidade e legalidade dispostos no caput do art. 37 da CF, no caput do art. 32 e no art. 39 da LOM, considerando-se, ainda, que todas as leis não publicadas contém a declaração exigida pelo art. 8º, da LC 95/98,** com a imensurável atuação da Câmara de Vereadores, em 2017, AS LEIS NºS 1.173/17 – CRIA O CARGO DE DIRETOR CONTÁBIL NO QUADRO DE SERVIDORES COMISSIONADOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, 1.174/17 – ALTERA A LEI Nº 1.115/15 QUE ESTABELECE A VERBA INDENIZATÓRIA E DEMAIS DESPESAS DA ATIVIDADE PARLAMENTAR DOS PARLAMENTARES (VIAP), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, 1.181/17 – INSTITUI O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS – PCCS DA GUARDA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, REVOGA A LEI Nº 1.169, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, 1.207/17 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REAJUSTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO, 1.210/17 – QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA OUVIDORIA GERAL DO MUNICÍPIO E OUTRAS PROVIDÊNCIAS, 1.220/17 - DISPÕE SOBRE A PLANTA GENÉRICA DE VALORES E ESTABELECE OS CRITÉRIOS DE APURAÇÃO DO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS CADASTRADOS NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA - AL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, 1.219/17 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, 1.217/17 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE DELMIRO GOUVEIA - COMSEP E ADOTA PROVIDÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E 1.216/17 - ALTERA A REDAÇÃO DO § 20 DO ARTIGO 20 E DO ARTIGO 30, DA 1.078, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, foram aprovadas.

34 – Considerando que o art. 134 do Regimento Interno estabelece que os projetos de resolução são destinados a regular matéria de economia interna da Câmara, quanto aos seus órgãos e aos vereadores, neste caso, a Lei nº 1.173/17 sobre a Criação do Cargo de Diretor Contábil no Quadro de Servidores Comissionados do Poder Legislativo Municipal de Delmiro Gouveia e Adota Outras Providências a Lei nº 1.174/17 que Altera a Lei nº 1.115/15, que Estabelece Verba Indenizatória e demais Despesas da Atividade Parlamentar dos Parlamentares (VIAP), e da Outras Providências, a 1.181/17 – Institui o Plano de Cargos, Carreira e Salários – PCCS da Guarda Municipal de Delmiro Gouveia, Revoga a Lei nº 1.169, de 24 de novembro de 2016 e dá Outras Providências, a 1.207/17 - Que Dispõe Sobre a Concessão de Reajuste aos Servidores Públicos Municipais da Educação **sendo que as duas primeiras precisariam ser objeto de Resoluções Plenárias da Câmara para a transformação em Projetos de Lei**, após a remessa dos autógrafos ao Prefeito pois é competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo a criação de cargos na administração pública, conforme alínea a, do inciso II, do § 1º, do art. 25, da Lei Orgânica Municipal, assumindo o Executivo a responsabilidade da criação do cargo e do aumento do valor da cota mensal da VIAP sem conhecimento formal das atribuições, da necessidade, da disponibilidade financeira e orçamentária para o aumento da despesa tratada nos artigos 15 a 17 da Lei Complementar nº 101/00. **Estes casos não se enquadram no disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 95/98 causando a inexatidão formal de norma elaborada mediante processo legislativo irregular não permitindo o seu cumprimento legal, o que torna as despesas obrigatórias de caráter continuado não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17. Todas as leis acima que criaram ou aumentaram despesas obrigatórias de caráter continuado não apresentaram, nos processos administrativos, as condições abaixo:**

Referindo-se à Lei nº 1.207/17 QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REAJUSTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO, destaca-se que a Mensagem do Prefeito sobre o PL não apresentou justificativa suficientemente razoável, por simetria de acordo com disposto no inciso I, do art. 22, da Lei nº 4.320/64, que deveria ter destacado apenas o acordo feito com os Professores.

A mensagem deveria trazer informações sobre, por exemplo, se existiam profissionais da Educação, na administração pública municipal, com salários

inferiores a R\$2.298,80 e que o reajuste estava sendo proposto na linha do disposto no art. da Lei nº 11.738/08.

5º O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

Se o município tivesse uma Lei que assegurasse aos servidores o disposto no inciso X, do art. 37, da CF, seria dado a todos os servidores os benefícios da justa revisão salarial, Nos moldes da Lei nº10.331/01.

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Sem dúvida alguma, a adoção da revisão nos termos acima, daria a todos os servidores públicos do município o adequado tratamento do caput do art. 5º, da CF.

Quanto a não publicação de leis, o art. 4º, do Decreto-Lei nº 201/67, diz:

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

IV - Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

As leis acima relacionadas que criaram ou aumentaram despesas obrigatórias de caráter continuado, mas que não tenham sido cumpridas as exigências dos art. 9º, 17 e 20 da Lei Complementar nº 101/00, dos arts. 37 e 169 da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias serão tratadas mais adiante, neste relatório.

Art. 17 Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. [\(Vide ADI 6357\)](#)

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. [\(Vide Lei Complementar nº 176, de 2020\)](#)

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas,

sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. ([Vide Lei Complementar nº 176, de 2020](#))

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. ([Vide Lei Complementar nº 176, de 2020](#))

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: ([Vide ADI 6357](#))

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não

sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

A margem líquida de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado demonstrada no relatório exigido pelo inciso V, do § 2º, do art. 5º, da LRF foi estabelecida em R\$50.000,00, não foi suficiente para acolher o aumento das despesas da natureza, do município e não houve redução de despesa, não foi apresentado o relatório do impacto financeiro, nem a declaração do ordenador da despesa e não há evidência da publicação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017.

Na LDO foi apresentado o aumento permanente da receita em desacordo com o disposto no § 3º, do art. 17 da LRF, pois não houve nenhuma lei para vigência a partir de 2017, que apresentasse aumento nas condições exigidas e foi indicada como não existente a redução permanente de despesa.

Não foram cumpridas as exigências do art. 23 da LRF, no ano de 2017, o que tornou o aumento das despesas absolutamente ilegal, senão vejamos:

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo

artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADI 2238)

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. (Vide ADI 2238)

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 não poderá: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

§ 5º As restrições previstas no § 3º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior, devido a: (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

I – diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios decorrente de concessão de isenções tributárias pela União; e (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

II – diminuição das receitas recebidas de royalties e participações especiais. (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo só se aplica caso a despesa total com pessoal do quadrimestre vigente não ultrapasse o limite percentual previsto no art. 19 desta Lei Complementar, considerada, para este cálculo, a receita corrente líquida do quadrimestre correspondente do ano anterior atualizada monetariamente. (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

O art. 5º, da Lei nº 10.028, estabelece:

Art. 5º Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

III – deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação

financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei;

IV – deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo.

§ 1º A infração prevista neste artigo é punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

35 – Considerando o Manual de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade, estabelece, em obediência ao regime de competência:

Regime de competência - as receitas e as despesas contábeis devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

3.6.9.1 As provisões podem ser distinguidas de outros passivos, tais como fornecedores e provisões derivadas de apropriações por competência, uma vez que há incertezas sobre o tempo ou o valor dos desembolsos futuros exigidos na liquidação.

3.6.9.2 As provisões derivadas de apropriações por competência são normalmente classificadas como contas a pagar, conforme a natureza do item a que estiver relacionada. As demais provisões devem ser apresentadas, como, por exemplo, citamos as provisões de férias, 13º salário e seus respectivos encargos.

3.6.9.3 Para efeito de cálculo da provisão de férias, deverão ser calculados e provisionados os “avos” referentes ao mês devido, com base no período aquisitivo. Ex: funcionário contratado em 1º de junho de 20XX, no dia 30 de junho, deverá ser apropriado 1/12 (um doze avos), correspondente às férias e mais os encargos de INSS, FGTS e PIS, e assim sucessivamente, até completar o ciclo de 12 meses. Caso o funcionário não goze as férias na mesma data de

contratação, inicia-se um novo ciclo para o novo período aquisitivo. a) a baixa do período aquisitivo, já apropriado no passivo, só deverá ocorrer quando do efetivo pagamento das férias a serem usufruídas pelo funcionário, ou pelo pagamento do direito a férias em rescisão contratual, caso esta ocorra primeiro.

36 – Considerando que mesmo não havendo a possibilidade de mensuração, neste relatório, dos valores não considerados nas demonstrações contábeis do exercício de 2017, referentes a férias, 1/3 de férias e seus encargos a omissão causou, não contabilizadas as despesas pelo regime de competência, ilegalidade no balanço patrimonial que apresentou patrimônio líquido que não registrou a realidade, com reflexos quadrimestrais nos Relatórios de Gestão Fiscal, que aumentaria a despesa de pessoal com impacto no percentual da referida despesa em relação à receita corrente líquida o que aumentaria o excesso do limite exigido na alínea b, do inciso III, do art. 20 da LRF.

Relativamente à publicação das contas de 2017 no portal da transparência do município, registra-se que o Inventário de Bens Patrimoniais apresenta 197 bens com o mês de abril do ano de 2018, evidentemente o Inventário não encerra segurança patrimonial em 2017 e o balanço patrimonial não apresenta a depreciação obrigatória exigida pela Norma Básica Contábil TSP nº 17/18, elemento indispensável à apuração do resultado patrimonial.

37 – Considerando que o relevante excesso, das despesas de pessoal sobre a receita corrente líquida, que será apresentado mais adiante, mesmo sem a contabilização sobre férias, 1/3 de férias e encargos, pelo regime de competência impossibilitou a realização das ações, através da Receita Voluntária de Capital, proibidas pelo inciso I, do § 3º, do art. 23, da LRF, contante da Lei Orçamentária no valor de R\$29.925.179,00, arrecadada apenas 288.348,50, correspondendo a 0,96%.

38 – Considerando prejuízo à supremacia do interesse público verificado conforme disposto no item anterior deste relatório, é incalculável uma vez que os projetos constantes do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária para o ano de 2017, confeccionados na gestão anterior e aprovados pelo Poder Legislativo, como representantes da sociedade local, considerados absolutamente factíveis e que trariam imensos benefícios para a população.

39 - Considerando falta grave a omissão do cumprimento de todos as exigências legais acima dispostas e que registraram a existência dos balanços

patrimonial e orçamentário, que não apresentam a real situação na gestão dos recursos públicos.

40 - Considerando o não cumprimento do disposto na Resolução Normativa nº 001/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, sobre todos os documentos exigidos pela Lei nº 4.320/64, e o Relatório de Gestão Fiscal exigido pelo art. 59 da LC 101/00, necessários à análise, não foram enviados à Corte de Contas e à Câmara Municipal, com a informação do veículo e data da publicação do RGF, conforme art. 5º da Resolução Normativa nº 002/2001, do TCEAL, obedecidos os prazos legais e publicados na transparência municipal e na STN/SICONFI e que este relatório tem o condão de tentar sintetizar as informações sobre as contas do exercício financeiro de 2017 do Prefeito, na função de Agente Político. **Sobre a não remessa de todos os documentos existem, publicados na transparência municipal declarações do Prefeito informando que os mesmos seriam remetidos oportunamente, mas não foi evidenciado qualquer documento com tais remessas, inclusive à Câmara de Vereadores, o que certamente está impedindo o julgamento das referidas contas junto ao TCEAL, de acordo com a RN TCEAL 0013/22, mas, o Poder Legislativo, no sentido, por simetria, do disposto no § 6º, do art. 91, da Lei Estadual nº 8.790/22, apresenta este relatório, entendendo, claramente, que ele é absolutamente adequado ao julgamento por parte dos Excelentíssimos Senhores Vereadores.**

O descumprimento do disposto no art. 5º, da Lei nº 10.028/00, estabelece:

Art. 5º Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas:

I – deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei;

§ 1º A infração prevista neste artigo é punida com multa de trinta por cento dos vencimentos anuais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal.

41 - Considerando que as contas de governo estão constituídas do Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais e demais elementos que integram a presente Prestação de Contas e não foram elaborados segundo os parâmetros legais e normativos aceitos para as demonstrações contábeis da área pública como a Lei Federal nº 4320/1964, a LC 101-00 a Lei de Responsabilidade Fiscal e Normas Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade aplicadas ao Setor Público.

42 - Considerando que o ponto fundamental da análise das contas de governo municipal é o Orçamento Público, pois nele consubstanciam-se todos os Programas Globais e Setoriais a serem desenvolvidos a curto, a médio e a longo prazo. É o Orçamento Anual que dimensiona à máxima precisão, viabiliza e orienta a consecução da plataforma de trabalho do governo, a partir de uma perspectiva realista da arrecadação das Receitas Públicas.

43 - Considerando que importa ressaltar que a execução orçamentária de um exercício financeiro é o somatório de cada parcela da gestão político-administrativa de todo o conjunto de gestores. Por esta razão, o presente relatório procura transcender o cenário da análise pura e simples da execução financeira do Orçamento Municipal, em níveis setoriais. Ademais, as decisões de Governo, em termos gerais são tomadas levando em consideração os programas macroeconômicos. Em função do cumprimento dessas metas, e ação administrativa da Prefeitura Municipal desenvolvida através das Secretarias Municipais e sua Autarquia.

O art. 4º do Decreto-Lei nº 201/67, impõe:

Art. 4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

VI - Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro

44 – Considerando que a receita arrecadada foi menor que a despesa liquidada em 17,43%, demonstrando desequilíbrio financeiro, orçamentário, patrimonial e administrativo.

Não há evidência de que, em face do resultado acima, que somou R\$16.161.421,30, ao final do exercício financeiro, **tenha sido cumprido o disposto no art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece a limitação de empenho**, resguardadas as despesas de obrigações constitucionais e legais, bem como as ressalvadas pela LDO.

A diferença entre a receita e a despesa acima, mesmo observado o disposto no § 2º, do art. 9º da LRF, mesmo considerada a permissão do referido parágrafo, vigente na época, ficou em valor superior ao admitido.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

45 - Considerando que convém pontuar que o Prefeito Municipal, mandatário e principal condutor da política socioeconômica do Município, não deve ser responsabilizado pelos atos de gestão praticados por seus agentes subordinados da administração centralizada e descentralizada, que venham colidir com os princípios legais que norteiam a administração dos recursos públicos, sejam eles de natureza orçamentária, contábil, financeira ou patrimonial, quando praticados à sua inteira revelia, mas quanto o atos impróprios sejam, comprovadamente, por ele autorizados, a sua responsabilidade é verdadeira.

46 - Considerando que as Contas Anuais não foram remetidas, no prazo legal, à Câmara Municipal. conforme art. 33 da Lei Orgânica Municipal e foram apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo do Município ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas com as omissões já acima registradas.

Não foram publicadas as contas de governo.

47 - Considerando que parte da documentação abaixo sobre a qual não há obrigação legal de envio à Câmara de Vereadores, caso a edilidade entenda necessária a observação, está ao dispor das Comissões Permanentes do Poder Legislativo, mas foi enviada ao TCEAL em cumprimento à Resolução Normativa nº 001/2017.

Ao final dos considerando, registra-se, com muita clareza a preocupação da Câmara, no exercício financeiro de 2017, com a governabilidade e não criou nenhum óbice à administração pública através das ações descritas na Lei nº 10.028/00 e no Decreto-Lei nº 201/67 e acima expostas, pois, tratando-se de início de governo por gestor que não tinha currículo político e nem administrativo-público, entenderam os Vereadores o disposto no art. 2º, da Constituição Federal quanto a harmonia entre os poderes, mas sem abrir mão da independência.

DOCUMENTOS QUE INSTRUIRAM O RELATÓRIO

Ofícios de encaminhamento, Ata de Posse e publicação das demonstrações contábeis.
Atas das Audiências Públicas.

Balancete Financeiro - FUNDEB.

Balanço Financeiro (Anexo - 13 da Lei nº 4.320/64) e demais demonstrações financeiras.

Balanço Orçamentário (Anexo - 12 da Lei nº 4.320/64).

Balanço Patrimonial (Anexo - 14 da Lei nº 4.320/64).

Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Cadastro dos Responsáveis pelas contas.

Comparativo de Despesa Autorizada com a realizada.

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.

Documento dispondo sobre envio de cópia do boletim de caixa e bancos e conciliações bancárias.

Documento dispondo sobre envio de cópia dos lançamentos de crédito bancário do repasse à Câmara.

Declaração de Habilitação Profissional - DHP do Contador.

Declaração pelo Prefeito Municipal atestando o cumprimento da Publicação dos RREO.

Demonstração da Receita e da Despesas segundo as Categorias Econômicas.

Demonstração da Variações Patrimoniais (Anexo - 15 da Lei nº 4.320/64).

Demonstração de Fluxo de Caixa (Anexo - 18).

Demonstrativo Anual das Despesas realizadas com Manutenção de Desenvolvimento de Ensino (MDE).

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64).

Demonstrativo da Dívida Flutuante (Anexo - 17 da Lei nº 4.320/64).

Demonstrativo da Dívida Fundada Interna (Anexo - 6 da Lei nº 4.320/64)

Demonstrativo das Licitações Realizadas no exercício

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações de Serviços Públicos de Saúde

Demonstrativo de Transferências Voluntárias firmadas no exercício

Demonstrativo mensal do quantitativo de servidores admitidos no exercício de 2017

Demonstrativo que evidencia o repasse do Duodécimo ao Poder Legislativo Municipal

Demonstrativo das Despesas por Funções, Subprogramas e Programas (Anexo - 08 da Lei nº 4.320/64)

Discriminação das Receitas e Despesas gerais por Categorias Econômicas (Anexo -02 da Lei nº 4.320/64)

Extratos das Contas Bancárias mantidas pelo Município com FUNDEB

Inventários do Estoque de Materiais existentes no exercício

Lei de Fixação de subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Subsecretários do Município

Norma instituidora do FUNDEB - Criação, Composição, Parecer do Conselho do Fundo

Norma Instituidora do Plano de Carreira e Remuneração dos Professores do Magistério

Relatório e Parecer da Unidade Técnica de Controle Interno do Município

Programas de Trabalho por Funções e Subfunções (Anexo 07)

Programas de Trabalho por Unidade Orçamentária (Anexo 06)

Quadro Demonstrativo da apuração da Aplicação do FUNDEB - Anexo II

Quadro Demonstrativo das Receitas e Despesas do FUNDEB - Anexo III

Relação Analítica dos Empenhos Inscritos em Restos a Pagar

Relação das Obras Concluídas, Paralisadas e em Andamentos

Relação de Adiantamentos concedidos no exercício

Documento sobre envio da Relação de Bens Móveis, Imóveis até 2017

Relação de Créditos Adicionais do exercício

Relação de inscrição em Restos a Pagar de recurso do FUNDEB – Anexo V

Resumo dos Restos a Pagar Inscritos por Unidade Gestora

Relação de todos os Contratos/Aditivos assinados no exercício

Relação de todos os Contratos vigentes no exercício dos recursos do FUNDEB

Declaração de Bens dos agentes públicos

Relação dos Pagamentos de Precatórios do TRT

Análise Conclusiva do Controle Interno

Responsáveis ou Ordenadores de Despesa e substituição

Termo e Conferência de Caixa, assinado pelo Gestor

Documento sobre celebração de Convênio e respectiva lei autorizativa com recursos do FUNDEB.

Outros Documentos - Publicação do Balanço Geral e Demonstrativos da Execução Orçamentária

Documentos Juntados sobre Contas enviadas à Câmara

Inventário dos Bens Móveis e Imóveis. - 2017 e exercícios anteriores

Comprovação do cumprimento da exigência do art. 31, § 3º da CF, exercício de 2017

I - ESTRUTURA MUNICIPAL

A estrutura organizacional do Município, supostamente capaz de atender à supremacia do interesse público, não foi publicada detalhadamente, no site do Município, de forma a instruir a população sobre os órgãos onde são resolvidos os assuntos de interesse próprio ou coletivo.

Os cargos públicos do Município atendem ao princípio básico de segregação de funções onde a independência e harmonia setorial possibilitam a realização de verificação confiável e/ou cruzada.

No almoxarifado foram realizados levantamentos quanto à estocagem dos materiais de consumo e suprimentos, emissão de requisições com nome ou setor solicitante e local a ser usado.

O Município tinha como autarquia, no caso a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito -SMTT, com personalidade jurídica de Direito Público Interno, criada pela Lei nº 920/08.

A SMTT teve uma dotação orçamentária atualizada de R\$1.638.741,00 e apresentou as despesas empenhadas R\$853.092,67, liquidadas R\$852.897,14 e pagas no valor de R\$808.564,78, ficando um saldo orçamentários de R\$785.648,33.

No exercício financeiro de 2017 o Município instituiu, através da Lei nº 1.181/17, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS da Guarda Municipal de Delmiro Gouveia, Revoga a Lei nº 1.169/16 e dá Outras Providências.

II - PLANEJAMENTO

A elaboração e a execução dos orçamentos públicos, dispostos nos artigos 165 a 169 da Constituição da República, são sustentadas por três normas interdependentes que fundamentam o processo de planejamento governamental: o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

A Lei Orgânica do Município dispõe, em seu artigo 147, que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- o plano plurianual;
- as diretrizes orçamentárias; e
- o orçamento anual.

As três leis, a primeira para o quadriênio 2014/2017 e as outras duas para o ano de 2017 foram confeccionadas atendendo às exigências da Lei nº 4.320/64 e dos artigos 165 a 169 da CF e dos artigos 4º e 5º da Lei Complementar nº 101/00, quanto à LDO e a LOA, mas, quanto ao PPA este não foi contemplado na LRF e seus projetos foram aprovados pela Câmara nos prazos legais.

III - PLANO PLURIANUAL

A Lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, exigido pelo inciso I, § 1º, do art. 165 da CF, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O Plano Plurianual (PPA), cujo objetivo é nortear os orçamentos do Município durante o quadriênio de 2014 a 2017. O Plano apresenta os “Programas”, que são instrumentos de organização de ação do governo e são mensurados por indicadores.

O PPA relaciona os anexos que demonstram os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e recursos a serem executados no período de

2014 a 2017. Programas esses que serão esteio da gestão governamental e que deverão direcionar a execução orçamentária.

A Lei nº 1.082/13 Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2014/2017 e dá Outras Providências foi publicada no dia da sanção, 30.12.2013, mas foi alterada através da Lei nº 1.147/16, publicada em 01.02.2017.

IV - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. É o que determina o § 2º, do inciso II, do art. 165, da CF.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem periodicidade anual, hierarquia especial e se sujeita a prazos e ritos peculiares de tramitação. É destinada a delimitar a forma e o conteúdo com que a Lei Orçamentária de cada exercício deve ser apresentada e indicar as prioridades a serem observadas em sua elaboração.

A referida Lei, elaborada com base no Plano Plurianual, compreende as metas e prioridades da administração pública para o exercício seguinte (art. 165, § 2º, CR/1988). Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Gestor Público dentro de suas competências deve apresentar, na forma de anexos, as metas fiscais, para o exercício a que se referir e para subsequentes, bem como a previsão de riscos fiscais. A receita foi suficiente para ocorrer a despesa.

O Município publicou no prazo legal, mas alterou-a pela Lei nº 1.171/16, publicada em 30.12.2016. que dispôs sobre as Diretrizes Orçamentárias, especificando, no Capítulo I - Art. 1º, as metas e prioridades da Administração Pública Municipal para exercício financeiro de 2017 que constam demonstradas em seus anexos, cumprindo, dessa forma, seu objetivo principal.

No que tange ao anexo de riscos fiscais (§ 3º do art. 4º da LRF), verificou-se que está em consonância com as determinações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O anexo de metas fiscais (§ 1º do art. 4º da LRF) apresentou todas as exigências determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, relacionadas no § 2º do art. 4º da referida Lei.

O Município não apresentou o anexo exigido pelo inciso II, do § 2º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/00 por não ter o Regime Próprio de Previdência dos Servidores titulares de cargos efetivos de que trata o art. 40 da CF, motivo pelo qual não apresentou na LDO avaliação da situação financeira e atuarial, também tratado no inciso IV, do § 2º, do art. 4º da LRF. Todos os servidores do Município são contribuintes do Regime Geral de Previdência Social.

Não há evidência do cumprimento do § 2º, do art. 36, da Lei Complementar nº 141/12, e nem do quanto ao relatório de que trata o parágrafo único, do art. 45, da LRF.

LC. 1421/12.

Art. 36. ...

§ 2º Os entes da Federação deverão encaminhar a programação anual do Plano de Saúde ao respectivo Conselho de Saúde, para aprovação antes da data de encaminhamento da lei de diretrizes orçamentárias do exercício correspondente, à qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

LRF.

“Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de

conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.”

O parágrafo único do art. 27 da Lei nº 1.146/16, LDO/2017, estabelece que não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários, ou que seja custeado por outra esfera de Governo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, autorizou a abertura de suplementar ao orçamento vigente até o limite de 40% (quarenta por cento) da despesa fixada no mesmo, condicionada à existência de recursos, consoante art. 43 da Lei nº 4.320/64.

A Constituição Federal, no art. 165, § 6º, estabelece que o projeto de lei orçamentário será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, expressando a aplicação do princípio da transparência das contas governamentais.

Consoante a Lei Complementar nº 101/2000-LRF, em seu art. 14, §1º, estabelece que a renúncia de receita “compreende anistias, remissões, subsídios, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos e contribuições, e outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado. Pode destinar-se a um setor comercial ou industrial, programa de governo, ou ainda, a um benefício individual (pessoa física ou jurídica). Porém não consta a informação na LDO/2017.

V - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

A Lei Orçamentária Anual (LOA) apresenta a previsão das receitas e a fixação das despesas nos termos do § 3º do art. 60 da Lei Orgânica do Município e o estabelecido no PPA e na LDO, compreendendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social referentes aos Poderes do Município, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público (art. 165, § 5º, CF e art. 5º da LRF).

De acordo com o art. 5º da LRF, foram elaborados os demonstrativos de aumento das despesas, bem como providenciada a reserva de contingência e da arrecadação de todos os tributos de competência constitucional, bem como o demonstrativo das medidas de compensação de renúncias das receitas, previsto no art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000-LRF.

Com base no art. 60, inciso I, da Lei Orgânica do Município, foi editada a Lei Orçamentária Anual que estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2017 apresentando a alocação dos recursos e mantendo a harmonia com os programas aprovados pelo PPA, compatível com as seguintes leis: Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 4.320/1964 e Lei Orgânica do Município.

Foram abertos créditos suplementares, de acordo com os artigos 7º e 43 da Lei nº 4.320/64, através de Decretos, nas modalidades Suplementação por Anulação de Dotação.

O Orçamento fixou a despesa no valor de R\$187.300.312,00 sendo que para o orçamento fiscal o valor de R\$141.131.244,50 e para Seguridade Social de R\$40.169.067,50, distribuídos em programas prioritários.

As disponibilidades financeiras existentes em dezembro de 2017 foram inferiores aos restos a pagar processados e não processados registrados na mesma data em obediência ao disposto no art. 42, da Lei Complementar nº 101/00 registrado no Balanço Patrimonial, demonstrando desequilíbrio orçamentário, mas financeiro em relação aos restos a pagar processados, no entanto, deve ser observado o total das despesas empenhadas.

Comparando a Despesa Orçamentária liquidada no total de R\$ 108.857.695,10, em relação à inicialmente autorizada no valor de R\$ 187.300.312,00, observa-se uma economia orçamentária da ordem de

R\$78.442.616,90, no exercício financeiro de 2017, mas pode demonstrar, que mesmo obedecendo à coerência constitucionalmente exigida com o PPA e a LDO, mas, quando detectada a deficiência do cumprimento orçamentário, no último bimestre do exercício financeiro, podem ser feitos ajustes, através de leis, modificando as três leis, ditas orçamentárias.

**VI - DEMONSTRATIVO DA RECEITA ESTIMADA E DA RECEITA
REALIZADA – LEI Nº 4.320/64**

ESTIMADA REALIZADA %

RECEITAS CORRENTES	157.375.133,00	92.407.925,30	58,72	64.967.207,70
Receitas Tributária	4.161.563,80	2.877.250,78	69,14	1.284.313,02
Impostos	3.887.306,00	2.415.226,86	62,13	1.472.079,14
Taxas	274.257,80	462.023,92	168,46	-187.766,12
Receita Patrimonial	740.355,00	785.386,75	106,08	-45.031,75
Receitas Val. Mobiliários	740.355,00	785.386,75	106,08	-45.031,75
Transferências Correntes	105.232.964,20	88.123.239,93	83,74	17.109.724,27
Transferências Intergovern.	101.932.730,20	86.492.527,44	84,85	15.440.202,76
Transferências Convênios	3.300.234,00	1.630.712,49	49,41	1.669.521,51
Outras Receitas Correntes	47.240.250,00	622.047,84	1,32	46.618.202,16
Multas e Juros de Moura	186.882,00	41.406,19	22,16	145.475,81
Indenizações e Restrições	46.650.723,00	1.609,60	0,00	46.649.113,40
Receita da Dívida Ativa	402.645,00	347.527,14	86,31	55.117,86
RECEITAS DE CAPITAL	29.925.179,00	288.348,50	0,96	29.636.830,50
Transferência De Capital	29.925.179,00	288.348,50	0,96	29.636.830,50
Transferências Intergovernamentais	5.056.246,00	50.000,00	0,99	5.006.246,00
Transferência De Convênio	24.868.933,00	238.348,50	0,96	24.630.584,50

SUBTOTAL	187.300.312,00	92.696.273,80	49,49	94.604.038,20
DÉFICIT	-	16.161.421,30	-	-
TOTAL	187.300.312,00	108.857.695,10	58,11	94.604.038,20

Como pode ser observado, o percentual das Transferências Correntes, através da realização da receita prevista não representou o adequado planejamento da administração, mas permitiu o cumprimento das obrigações constitucionais ligadas à supremacia do interesse público.

O déficit verificado é representado pela diferença entre a despesa liquidada e a receita realizada, é consideração de doutrinadores de que no último mês do exercício financeiro, verificando-se a impossibilidade de realização da receita estimada, em percentual tão elevado quanto o que ocorreu em 2017, neste município, que se faça uma alteração na LOA, na LDO e PPA em vigor, e, claro o mesmo procedimento nas mesmas leis propostas para o ano seguinte.

Estas providências buscam a apresentação de previsões orçamentárias mais adequadas através da correção aplicada sobre as receitas realizadas, de forma mais aproximada do que será conseguido e não através das previsões não realizadas.

Como pode ser observado, o percentual das Receitas Correntes, através da realização de 58,72% da receita prevista não representou o adequado planejamento da administração, mas permitiu o cumprimento das obrigações constitucionais ligadas à supremacia do interesse público.

Destaca-se que se a receita prevista tivesse sido realizada todas as obrigações constitucionais ligadas ao interesse pública teriam melhor desempenho em favor da população.

Apesar da existência de projetos considerados exequíveis pela administração anterior, infelizmente não houve a transferência de receita de capital, através de convênios, de recursos suficientes para executá-los.

Não encontramos explicações da administração municipal quanto a não realização da Receita de Indenizações e Restituições.

VII - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Nesta abordagem são verificados os aspectos gerais da receita e da despesa relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, incluindo o cumprimento dos limites legais e constitucionais em 2017.

A análise da receita é feita sob o enfoque da origem de captação, distinguindo-se os recursos próprios; as receitas oriundas da viabilização da capacidade tributária do Município, na utilização e exploração de seu patrimônio e da prestação de serviços; as receitas de transferências oriundas de participações em tributos federais e estaduais e recursos repassados através de contribuições, contratos e convênios.

Analisa-se a despesa sob o enfoque dos Programas de Governo estabelecidos no PPA 2014/2017, destacando as etapas de planejamento e de execução financeira, bem como os indicadores relacionados a setores envolvidos na ação governamental.

A despesa demanda análise sobre diversos aspectos, tendo como prioridade o regramento legal estabelecido nas destinações mínimas de recursos às áreas de saúde, educação e tecnologia de informação, máxima para pessoal, bem como tetos para alterações orçamentárias procedidas pelo Poder Executivo.

VIII - DA RECEITA

A Receita Arrecadada alcançou o montante de R\$92.696.273,80, o que representa uma arrecadação a menor na ordem de R\$94.604.038,20 representando a receita arrecadada o equivalente a 49,49% em relação à Receita Prevista de R\$187.300.312,00 conforme se apresenta no quadro da demonstração da avaliação do cumprimento das metas fiscais de que trata o § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/00 que será apresentado mais adiante neste relatório.

A receita municipal de 2017, dividida pelo número de habitantes prevista para o mesmo ano foi de R\$1.790,78, considerada muito baixa em relação ao exercício financeiro anterior que foi de R\$2.399,67 o que representou 74,72% do ano anterior, evidenciando diminuição da ação governamental em favor da população, não tendo sido registrada nenhum fato relevante na conjuntura nacional que justificasse a diminuição.

A proibição de utilização de Receitas de Capital, por serem receitas vinculadas, para custear Despesas Correntes, mas a Receita de Capital foi maior que a Despesa de Capital, decorre do entendimento de que as Despesas e Receitas de Capital têm impacto no patrimônio da população, está demonstrado no art. 44, da Lei Complementar nº 101/00. A utilização de Receitas de Capital para pagar Despesas Correntes demonstra o desequilíbrio das contas, como trata o § 1º, do art. 1º da LC 101/00.

Mas existem casos em que podem ser contratadas operações de antecipação de receitas orçamentárias para suprir eventuais deficiências de caixa, no entanto estas comprometem receitas futuras e aconselha-se o uso somente em caso de calamidade pública decretada, mas, nos demais casos podem ensejar o entendimento de deficiência de planejamento.

IX - RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O Município, em 2017 não obteve receita de capital proveniente da alienação de ativos representados por bens.

X - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

REGRA DE OURO

Denominam-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

Assim como na meta de resultado primário e no teto dos gastos, a avaliação do cumprimento da regra de ouro ocorre legalmente ao final de cada exercício fechado (janeiro a dezembro de cada ano).

O Município não realizou nenhuma receita de operações de crédito da natureza.

XI - DA DESPESA

A Lei Orçamentária, para o exercício de 2017, fixou uma Despesa de R\$154.381.007,00, conforme se demonstra nos quadros abaixo:

DESPESAS FIXADA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE DESPESAS - ATUALIZADAS			
ESPECIFICAÇÃO	LOA/2016 (A)	LOA/2017 (B)	VARIACÃO % (B/A)
DESPESAS CORRENTES	103.837.277,36	144.517.953,70	39,17
Pessoal, e Encargos Sociais	66.883.571,70	84.023.691,65	25,62
Juros e Encargos da Dívida	176.308,00	486.024,59	175,67
Outras Despesas Correntes	46.704.619,62	60.008.237,46	28,48
DESPESAS DE CAPITAL	40.566.507,68	42.676.411,32	5,20
Investimentos	38.562.722,76	40.021.844,66	3,78
Inversões Financeiras	67.152,00	73.323,00	9,18
Amortização da Dívida	1.936.632,92	2.581.243,66	33,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	-
TOTAL	154.381.007,00	187.300.312,00	21,32

Pelos dois quadros acima, tem-se, em geral, o equilíbrio entre receita prevista e receita arrecadada e despesa fixada em relação ao ano anterior. No entanto, iniciada a execução do orçamento, quando há superávit financeiro de exercícios anteriores, tem-se um recurso disponível para abertura de créditos para as despesas não fixadas ou não totalmente contempladas pela lei orçamentária.

RESULTADO DA EXECUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2017	
RESULTADO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
RECEITA REALIZADA – ARRECADADA	92.696.273,80
(-) RECEITA PREVISTA	187.300.312,00
(=) DIFERENÇA PARA MENOS DE ARRECAÇÃO	94.604.038,20
RESULTADO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
DESPESA REALIZADA - EMPENHADA	108.857.695,10
(-) DESPESA AUTORIZADA	187.300.312,00
(-) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	78.442.616,90
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
RECEITA REALIZADA - ARRECADADA)	92.696.273,80
(-) DESPESA REALIZADA - EMPENHADA	108.857.695,10

(=) DEFICIT DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	16.161.421,30

XII - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Da análise do Resultado da Execução Orçamentária, verificou-se uma situação desfavorável, pois a despesa executada foi maior que a receita arrecadada, resultando em situação de desequilíbrio orçamentário devendo ser observado o disposto no caput do art. 9º, da LRF e por tomada de medida administrativa buscando a liquidez do município.

XIII - BALANÇO FINANCEIRO

LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17/03/1964

“Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte”.

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O demonstrativo é composto por um único quadro que demonstra a movimentação financeira das entidades do setor público.

A apresentação do Balanço Financeiro detalhado está prejudicada em função da não publicação do SIOPE – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos da Educação, do ano de 2017, perdendo, desta forma, a qualidade da análise que não apresentará condição de comparabilidade, mas o saldo financeiro de 2017 demonstra a situação de liquidez do Município através de saldo positivo confirmado por meio dos extratos e conciliações bancários legalmente exigidos, publicados e enviados ao

TCEAL, como documento indispensável à apreciação das contas de governo.

A apuração do resultado financeiro do exercício em referência, consiste na apuração do saldo em espécie para o exercício, menos o saldo em espécie do exercício anterior, registrado no Balanço Financeiro, como caixa e equivalentes de caixa.

RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE	
2017	
ATIVO FINANCEIRO	
Discriminação	Valores em R\$
Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	10.369.213,62
(-) Saldo em espécie do Exercício Anterior	13.709.790,43
= Resultado Financeiro do Exercício	- 3.340.576,81

O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, pois este está influenciado pelos resultados acumulados de anos anteriores.

Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento, mas é um indicativo de que todos os recursos financeiros disponíveis foram aplicados no interesse público, mas que pode haver dificuldades no fluxo positivo de caixa.

Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

A discriminação por fonte e destinação de recurso permite evidenciar a origem e a aplicação dos recursos financeiros referentes às receitas e despesas orçamentárias.

XIV - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA NOS TERMOS DA LRF

Destaca-se que a regra estabelecida no artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, foi obedecida pela Chefe Poder Executivo do Município, visto que as suas disponibilidades financeiras para o exercício seguinte na ordem de R\$10.369.213,62, são suficientes para arcar com os pagamentos da totalidade dos Restos a Pagar inscritos no final do exercício de 2017, conforme demonstrativo do Balanço Financeiro, mas o saldo orçamentário foi positivo para cumprir os demais compromissos assumidos no Passivo Circulante do Balanço Patrimonial do exercício em referência.

Foram feitas as conciliações bancárias, evidenciando os saldos existentes nos bancos com os registrados na contabilidade e foi confeccionado o Termo de Conferência de Disponibilidades Financeiras.

XV - BALANÇO PATRIMONIAL

LEI FEDERAL Nº 4.320, DE **17/03/1964**

“Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- i. Ativo Financeiro;**
- ii. Ativo Permanente;**
- iii. Passivo Financeiro;**
- iv. Passivo Permanente, e**
- v. Saldo Patrimonial.”**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEPÓSITOS RESTÍTUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	0,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ESTOQUES	378.164,65	2.097.539,04
ALMOXARIFADO	378.164,65	1.787.028,70
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	136.953.344,80	93.025.731,02
ATIVO REALIZAVEL A LONGO DO ANO	88.829.321,37	44.609.913,36
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	88.829.321,37	44.609.913,36
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	0,00	0,00
IMOBILIZADO	48.124.023,43	48.415.817,66
BENS MÓVEIS	19.414.152,63	17.995.316,78
BENS IMÓVEIS	45.708.534,69	43.907.177,73
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-16.998.663,89	0,00
() REDUÇÃO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	0,00	-13.486.676,85
TOTAL DO ATVO	149.249.156,07	109.868.975,08

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	ATUAL	ATERIOR
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	149.249.156,07	109.868.975,08
PASSIVO CIRCULANTE	8.369.534,48	1.200.156,83
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	591.283,10	0,00
PESSOAL, A PAGAR	524.576,76	0,00
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	0,00
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	66.706,34	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	4.851.590,18	335.822,52
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	4.851.590,18	335.822,52
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.926.661,20	864.334,31
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		

COM A UNIAO	0,00	0,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS	2.815.741,56	864.334,31
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	110.919,64	0,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	44.882.421,60	47.074.553,41
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	35.094.150,07	36.494.317,80
PATRIMONIO LÍQUIDO	95.997.199,99	61.594.264,84
RESULTADOS ACUMULADOS	95.997.199,99	61.594.264,84
RESULTADOS ACUMULADOS	95.997.199,99	61.594.264,84
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	34.402.935,15	0,00
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	64.147.297,03	16.546.820,74
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	149.249.156,07	109.868.975,08

O Balanço Patrimonial não apresenta, à luz das explicações constantes deste relatório, valores que permitam a aferição da real situação patrimonial do município.

O Passivo Circulante de 2016 foi de R\$1.200.156,83 e o de 2017 foi de R\$8.369.534,48, representando um acréscimo de 597,37%, destacando-se despesas de OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTÊNCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO 591.283,10, em 2017 e 0,00, 2017 PESSOAL A PAGAR 524.576,76, em 2016 e 0,00, em 2017, ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR 66.706,34 em 2016 e 0,00 em 2017. **Registra-se, à primeira vista, que alguns servidores ficaram sem receber salários em 2017.**

Pela Lei nº 4.320/64, o ativo é classificado em ativo financeiro e ativo permanente (não financeiro), conforme o §§ 1º e 2º do art. 105 da Lei nº 4.320/1964: “O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários” e o “O

Ativo Permanente compreenderão os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa”.

XVI - ATIVO CIRCULANTE

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios: estiverem disponíveis para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Consta, nesse grupo, o Ativo Financeiro que compreende créditos e valores que se movimentam e realizam-se independentemente de autorização orçamentária.

XVII - ATIVO NÃO CIRCULANTE

No Balanço Patrimonial, o Ativo não circulante totalizou R\$136.953.344,80, Imobilizado R\$48.124.023,43, valor líquido, isto é, deduzida a depreciação acumulada, mas é preciso esclarecer que no ano de 2017 a depreciação contabilizada foi R\$-16.998.663,89, mas, mais adiante, será necessária uma reavaliação de todos os bens, até mesmo quando atingirem o valor de aquisição, ou por alguma alienação, de acordo com o art. 17 da Lei nº 8.666/93.

Não foi evidenciado que tenha havido controle dos bens permanentes foi realizado de acordo com as normas dos artigos 94 a 96 da Lei nº 4.320/64.

No exercício financeiro de 2017 o Município confirmou a não reavaliou os seus bens, conforme verificação na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Ativo Financeiro compreende as contas representativas do Disponível e as contas representativas do Realizável, composto em grande parte, pelos créditos da Fazenda Pública, a Curto Prazo. Salienta-se que o Ativo Financeiro compreende créditos e valores que se movimentam e realizam-se independentemente da autorização orçamentária, cujo montante totalizou no exercício o valor de R\$12.295.811,27, representado pelo saldo em contas bancárias.

XVIII - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa equivalente de caixa contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional,

XIX - PASSIVO FINANCEIRO

O Passivo Financeiro é composto, em regra, por obrigações de curto prazo cujo pagamento independe de autorização orçamentaria. Esses compromissos constituem a Dívida Flutuante e, quando pagos, classificar-se-ão como despesa extraorçamentária.

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assim como qualquer outro ramo da ciência contábil, obedece aos princípios de contabilidade. Dessa forma, aplica-se o princípio da competência em sua integralidade, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem, e não quando os recursos financeiros são recebidos ou pagos. Assim, o art. 35 da Lei nº 4.320/1964 refere-se ao regime orçamentário e não ao regime contábil (Patrimonial) aplicável ao setor público para reconhecimento de ativos e passivos. Dessa forma, a Lei nº 4.320/1964, nos artigos. 85, 89, 100 e 104, determina que as variações patrimoniais devam ser evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.

Para melhor compreensão das obrigações financeiras, elencam-se as contas contábeis que registram esses passivos de curto prazo, cujo valor atingiu o montante de R\$8.369.534,48, no exercício de 2017.

CONTAS	2016	2017
Obrigações Trabalhistas, Previd. Assist. a Pagar a C. Prazo	0,00	591.283,10
Fornecedores e Contas A Pagar A Curto Prazo	335.822,52	4.851.590,18
Demais obrigações a curto prazo	864.334,31	2.926.661,20
Valores Restituíveis	864.334,31	2.815.741,56
Outras obrigações a curto prazo	0,00	110.919,64
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	1.200.156,83	8.369.534,48

Ressalte-se ainda que, segundo o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, a Dívida Flutuante compreende: os Restos a Pagar, os Depósitos e os Débitos de Tesouraria.

No balanço do ano de 2016 a Dívida Flutuante registrou R\$1.200.156,83, com inscrições no ano de 2017 no valor de R\$26.699.353,46, baixa de R\$13.878.508,97 e saldo final de R\$14.021.001,32, destacando-se os maiores débitos nos valores de R\$5.651.466,84, de Restos a Pagar não Processados, R\$5.553.792,92, de Restos a Pagar Processados, de INSS R\$1.013.407,20.

XX - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O Passivo não Circulante compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. A exemplo da conceituação de ativos financeiros e permanentes, os conceitos de passivos financeiros e permanentes guardam relação com aspectos legais definidos no §4º do art. 105 da Lei nº 4.320/1964.

Conforme Balanço Patrimonial, esses passivos somam uma monta de R\$44.882.421,60, equivalente a 46,75% do Patrimônio Líquido do Município, esta proporção apresenta crescimento das dívidas de curto prazo, mas o crescimento do Patrimônio Líquido não foi igual, percentualmente, ao crescimento do Passivo não Circulante.

Registra-se, também, que as despesas patrimoniais com exigibilidade superior a 12 (doze) meses cuja realização provável se dará após o término do exercício seguinte, isto é, que serão realizados num prazo superior a um ano a partir da data do Balanço.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
PASSIVO PERMANENTE (I)	44.882.421,60
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (II)	95.997.199,90
PERCENTUAL (III) = (I / II)	46,75%

XXI - SALDO PATRIMONIAL

O Saldo Patrimonial ou Patrimônio Líquido representa o valor residual dos Ativos, após descontados todos os passivos. Quando o valor apresentado no

Passivo for maior que do Ativo, chama-se Passivo a descoberto. Fazem parte do Patrimônio Líquido os superávits ou déficits acumulados até dezembro de 2017.

Em Face das considerações dispostas neste relatório com relação ao descumprimento do regime de competência, não há segurança quanto ao real valor do Patrimônio Líquido, no entanto, o total contabilizado das despesas de pessoal, incluindo os encargos sociais, conforme art. 18 da LRF, foi de R\$67.926.320,51, mas o registro contábil é dos encargos sociais foi de R\$8.810.128,67.

As contribuições patronais calculadas pelo percentual legal sobre os valores pagos aos servidores, seria R\$11.823.238,37, refletindo uma diminuição no Patrimônio Líquido de R\$3.013.109,70.

Conclui-se que em face da desobediência ao legal regime de competência, o valor a menor, é pela falta de contabilização dos encargos sociais do não provisionamento das despesas de férias e de 1/3 de férias e ao reconhecimento contábil dos encargos sociais da folha de pagamento de dezembro/2017 contabilizados no ano seguinte.

O Saldo Patrimonial apurado em 2017 registrou um montante de R\$95.997.199,99, com acréscimo, em relação a 2016, de R\$34.402.935,15, mesmo com as irregularidades contábeis já apontadas, conforme disposto no Balanço Patrimonial acima exposto.

XXII - CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Este subgrupo representa os Valores a Receber a Curto prazo, sendo recebíveis de natureza tributária ou não tributária, bem como as contas a regularizar.

XXIII - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Essas obrigações deverão ser pagas de acordo com o processo de liquidação nos doze meses após o exercício financeiro das demonstrações contábeis.

Para um bom desempenho das contas públicas, essas obrigações devem ser menores que o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa, fato esse evidenciado no Balanço Patrimonial.

XXIV - DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida flutuante, pelo art. 92 da Lei nº 4.320/64, apresentou, em 31.12.2017, o saldo de R\$14.021.001,32 e compreende:

I - Os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;

II - Os serviços da dívida a pagar;

III - Os depósitos;

IV - Os débitos de tesouraria

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

TÍTULOS	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO ATUAL
RESTOS A PAGAR	335.822,52	11.205.259,76
Restos a Pagar Não Processados	0,00	5.651.466,84
Restos a Pagar Processados	335.822,52	5.553.792,92
DEPÓSITOS	860.334,31	2.811.741,56
Consignações	860.334,31	2.811.741,56
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	4.000,00	4.000,00
TOTAL GERAL	1.200.156,83	14.021.001,32

XXV - PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

O Município não firmou nenhum contrato proveniente de licitação à luz da Lei nº 11.079/04.

XXVI - LICITAÇÕES E CONTRATOS

O Município cumpriu rigorosamente o disposto no inciso XXI, do art. 37 da Constituição Federal, e a Lei nº 8.666/93, que dispõe sobre a regulamentação,

mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação.

Mesmo com a opção estabelecida no art. 38 da Lei nº 8.666/93, sobre a emissão de pareceres técnicos ou jurídicos nos casos de licitação, dispensa ou inexigibilidade, o Município instruiu todos os processos administrativos com pareceres técnicos e jurídicos com o fim de permitir a segurança jurídica e administrativa ao Município e a todos os participantes dos certames e garantia de regularidade de procedimentos, visando, acima de tudo, o interesse público e a economicidade exigida.

Todas as licitações não tiveram os seus editais, extratos de contratos e demais documentos legais publicados no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Alagoas – AMA e na transparência do Município, conforme determinam § 3º, do art. 21, os artigos 26 e 38 e o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, nos prazos estabelecidos.

Não foram obedecidas as exigências artigos 60 e 62 da Lei nº 8.666/93 quanto à formalização, pressupostos e requisitos dos contratos,

O Município aderiu, no que coube, a Atas de Registro de Preços permitidas pelo inciso II, do art. 15, da Lei nº 8.666/93.

O Município, em 2017, realizou licitações através do sistema de Pregão Eletrônico tratado no §1º, do art. 2º, da Lei nº 10.520/02.

O Município, em 2017, realizou licitações de registro de preços destinadas à aquisição de bens e serviços comuns, de acordo com o inciso II, do art. 15, da Lei nº 8.666/93.

O Município, em 2017, cumpriu a sequência exigida para as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto no art. 7º da Lei nº 8.666/93.

O Município, em 2017, cumpriu o disposto no § 3º, do art. 7º, da Lei nº 8.666/93, no ato da liquidação da despesa.

O Município, em 2017, contratou, através da permissão dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, nas especialidades permitidas para dispensa e inexigibilidade de licitação.

Mesmo não sendo atividade privativa de advogado, conforme a Lei nº 8.906/94, todos os contratos firmados pelo Município receberam parecer de assessor jurídico.

O Município não incorreu, em 2017, em nenhuma das penalidades tratadas no Decreto Lei nº 2.848/40 ligadas às licitações.

O Município, em 2017, enviou ao TCEAL todos os contratos de acordo com a Lei Estadual nº 5.604/94 que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas e dá Outras Providências e conforme art. 131 da Resolução nº 003/2001 e Resolução Normativa nº 001/2017 da Corte de Contas.

XXVII - GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

O Município não concedeu garantia nem ofereceu nenhuma contragarantia, nos termos do art. 40 da Lei Complementar nº 101/00, em 2017.

Portanto, conclui-se que as obrigações a curto prazo representam 12,36% do total das Disponibilidades registrada no Balanço Patrimonial do exercício de 2017, conforme demonstrativo:

OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (I)	8.369.534,48
VALOR TOTAL DAS DISPONIBILIDADES (II)	9.658.558,69
Caixa e Equivalente de Caixa	9.658.558,69
Investimento e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-
PERCENTUAL (III) = (I) / (II)	(8,66%)

XXVIII - DÍVIDA FUNDADA OU CONSOLIDADA

Considera-se dívida Fundada ou consolidada aquela que compreende os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses contraídos mediante emissão de títulos ou celebração de contratos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços, que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. (§2º, Art. 116, Dec. 93.782/86).

A conta que representa a Dívida Fundada do exercício financeiro de 2017 contabilizou o montante de R\$47.074.553,41 (Poder Executivo e Legislativo),

que comparada a escriturada no exercício anterior na ordem de R\$37.711.590,96, apresenta um acréscimo real de 24,82%.

XXIX - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA/EXTERNA BALANÇO 2017.

ESPECIFI- CAÇÃO	SALDO ANTER.	INSCRI- ÇÃO	RESGATE	SALDO ATUAL
PREC. A PAGAR	132.790,91	0,00	0,00	132.790,91
MIN. FAZENDA	1.195.819,70	0,00	54.201,20	1.141.618,50
MIN. FAZENDA PASEP PGFN	730.893,35	30.570,13	17.553,47	743.910,01
INSS A PAGAR DÉBITO PARCELADO	26.237.436,00	11.276.047,88	1.151.956,99	36.361.526,89
CIA. ENERGÉTICA DE ALAGOAS	9.414.651,00	0,00	719.943,90	8.694.707,10
TOTAL GERAL	37.711.590,96	11.306.618,01	1.943.655,56	47.074.553,41

XXX - SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO - PRECATÓRIOS PAGOS EM 2017

As sentenças judiciais transitadas em julgado, geraram precatórios, que são formalizações de requisições de pagamentos realizados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que proferiu a decisão contra a Fazenda Pública Municipal, por conta da dotação consignada ao Poder Judiciário.

Em 2017 não houve inscrição nem resgate de precatórios e não deixou nenhuma inadimplência.

Precatório é a forma de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública.

Ao contrário dos títulos, os precatórios não possuem poder executório, isto quer dizer que, mesmo que vencidos, os precatórios não podem ser executados pelo credor, por já serem oriundos de execução de sentença.

A legislação que regula a execução dos precatórios judiciais reside na Constituição da República - art. 100, §§ 1º, 2º e 3º - com redação dada pela

Emenda Constitucional nº 30/2000, art. 730 do Código Civil, bem como nos artigos 78 e 86 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Com relação ao pagamento, nos termos do art. 97, § 15º do ADCT da Constituição da República, os precatórios parcelados na forma do art. 33 ou art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e ainda pendentes de pagamentos ingressarão no regime especial com valor atualizado das parcelas não pagas relativas a cada precatório, bem como o saldo dos acordos judiciais e extrajudiciais (Emenda Constitucional nº 62, de 2009). Nesse aspecto, após liberada a quantia pela Fazenda Pública Municipal, o Tribunal efetua o pagamento, com prioridade aos precatórios de créditos alimentícios, depois, os créditos comuns, na ordem cronológica de apresentação.

XXXI - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17/03/1964

“Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

A Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, de acordo com o art. 104 da Lei 4.320/64, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

XXXII - GASTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988

Art. 212 – A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **vinte e cinco por cento**, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Art. 69 – A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas**, da receita resultante de impostos, compreendida as transferências Constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.”

No art. 69 da Lei nº 9.394, de 20/12/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também está expresso, em consonância com o que determina o artigo 212 da Constituição da República, que os Municípios aplicarão, no mínimo, 25% ou o que consta na Lei Orgânica, da receita de impostos, compreendidas as transferências legais e constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

O art. 212 da Constituição Federal determina que o Município aplicará vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A receita resultante de impostos e de transferências, arrecadada no exercício de 2017, sobre a qual calcula-se o percentual mínimo de 25%, determinado pela Constituição Federal, para aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e o Município aplicou 30,18%, superior, portanto, ao mínimo legalmente exigido, totalizando R\$15.152.395,49.

A Secretaria Municipal de Educação no exercício de 2017, cumpriu toda a legislação em vigor e no que diz respeito a: execução a realização das receitas estimadas, execução e os limites de restos a pagar, dentre outras.

Com base nisso, pôde de se concluir que a atual administração atendeu aos requisitos necessários para uma gestão regular, em 2017, Tendo sido executados R\$ 38.531.071,86, com a dotação orçamentária inicial de R\$ 36.884.044,75. Ressalta-se que foi realizado o pagamento das folhas de funcionários em dia, pagamento dos fornecedores e prestadores de serviços nas datas conformes, execução dos projetos e orçamento no ano em exercício, mas não foi obedecido o legal regime de competência com relação à provisão de férias, de 1/3 de férias e respectivos encargos sociais e com relação às contribuições patronais de dezembro/2017.

Houve o atendimento legal, relativo à aplicação do FUNDEB na Remuneração do Magistério, conforme DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE, constante no Balanço Anual.

XXXIII - GASTOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

LEI COMPLEMENTAR Nº 141/2012

”Regulamenta o § 3º do art.198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Art. 7º - Os Municípios e o Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por centos) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158, a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal. “

Os investimentos efetuados pelo Município, estão detalhadas as ações de construção, reforma, ampliação e aparelhamento de Hospitais, Pronto Socorros, Centros e Unidades de Saúde.

Sendo o valor mínimo de 15%, determinado pelo art. 7º da Lei Complementar nº 141/12 para aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde e o Município aplicou 20,45%, superior, portanto, ao mínimo exigido legalmente, totalizando R\$ 8.278.444,85, mas não foi obedecido o legal regime de competência com relação à provisão de férias, de 1/3 de férias e respectivos encargos sociais e com relação às contribuições patronais de dezembro/2017.

No período de janeiro a dezembro do exercício de 2017, as receitas e a aplicação nas Ações e Serviços de Saúde, com seus respectivos índices, demonstrados nos quadros a seguir:

XXXIV - REPASSES AO PODER LEGISLATIVO

No exercício financeiro de 2017, o Poder Executivo repassou para a Câmara Municipal recursos no montante percentualmente superior ao permitido pela CF de 0,51%, conforme declaração do Presidente do Legislativo publicada na transparência e enviada ao TCEAL, o que levou a Câmara a ter despesas superiores ao fixado no caput do art. 29-A, da CF. Foram efetuados repasses do duodécimos em datas superiores a estabelecida ao § 2º do inciso II, do artigo 29-A e caput do art. 168 o que constituiu crime de responsabilidade do Prefeito.

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

Segundo a declaração acima citada, o gasto total das despesas da Câmara em 2017 foi de R\$4.207.849,42, enquanto o limite foi de R\$3.921.722,84, o que ocasionou, também, excesso em relação ao limite constitucional para despesa de pessoal, constituindo, igualmente, crime de responsabilidade do Presidente da Câmara, no entanto, a Câmara deveria ter devolvido ao Poder Executivo o valor recebido a maior.

Não foi cumprido o prazo estipulado no § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101/00, abaixo e com relação ao Poder Legislativo foi descumprido, também, o prazo disposto no art. 47, da Lei Orgânica Municipal, o que prejudicou o valor total do orçamento da Câmara, refletido na Declaração abaixo, publicada na transparência municipal:

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Observa-se, claramente, que não foi cumprido o repasse do valor orçado para a Câmara mas observou-se abertura de crédito para suportar as despesas acrescidas e a Câmara não devolveu ao Poder Executivo o excesso do repasse segundo a Declaração da Câmara citada.

A devolução, da Câmara, ao Poder Executivo dos saldos de caixa e/ou disponibilidades financeiras, existentes no final do exercício respectivo, está disposta no art. 9º, da Resolução Normativa TCEAL nº 002/2000 e no Ofício nº 0082/2004 – GCOLGS, de autoria do Conselheiro Otávio Lessa de G. Santos, em resposta à consulta da Câmara de Vereadores de Rio Largo-Al., esclarecendo-se que o § 2º, do art. 1º, da Lei Orgânica do TCEAL, estabelece:

§ 2º — A resposta à consulta a que se refere o inciso XIX deste artigo tem caráter normativo e constitui prejulgamento, em tese, mas não do fato ou caso concreto.

XXXV - RESTOS A PAGAR

Em análise, o saldo dos Restos a Pagar Processados e não Processados, houve acréscimo de 1.168,26%, em relação ao montante dos restos a pagar a esses títulos, existe no exercício anterior, demonstrado, portanto, o desequilíbrio das contas municipais em 2017.

Segundo o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, a Dívida Flutuante compreende: os Restos a Pagar, os Depósitos e os Débitos de Tesouraria.

A inscrição de restos a pagar registrada ao final do exercício financeiro de 2017, totalizou a importância de R\$3.205.377,24, estando de acordo com o parágrafo único do art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo no título XXIV.

XXXVI - DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL, DO SIOPE E DO SIOPS.

Os RREO's, os RGF's os SIOPEs e os SIOPs dos 5º e 6º bimestres não foram publicados na STN/SICONFI e nem na transparência municipal, e o demais foram publicados fora dos prazos exigidos, e não existem evidências de que os demais, do ano de 2017 foram enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas nos prazos estabelecidos no § 3º, do art. 165 da Constituição Federal e nos art. 52 e 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/00, e da Lei Complementar nº 141/12.

XXXVII - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O Município declarou ao TCEAL que realizou, mas que não recebeu as atas do Poder Legislativo, em 2017, na Câmara de Vereadores, em atendimento às exigências sobre transparência, audiências públicas sobre o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2018 e sobre o Projeto de Lei do Orçamento para 2018 exigidas pelo inciso I, do art. 48 da Lei Complementar nº 101/00.

O Município declarou ao TCEAL que realizou mas que não recebeu as atas do Poder Legislativo, em 2017 e em 2018, na Câmara de Vereadores, em atendimento às exigências sobre transparência, audiências públicas para a

avaliação do cumprimento das metas fiscais e das ações e serviços de saúde, referentes ao exercício financeiro de 2017. Todas as audiências foram feitas fora dos prazos.

O Poder Executivo não enviou, para o TCEAL, em 2017, os relatórios das audiências públicas para a avaliação do cumprimento das metas fiscais contendo os demonstrativos contendo avaliação qualitativa e quantitativa das limitações de execução da despesa, referentes aos primeiro e segundo quadrimestres de acordo com os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias nos prazos estabelecidos no art. 8º da Resolução Normativa TCEAL nº 002/2001.

A meta de resultado primário estabelecida na LDO/2017 foi fixada em R\$436.260,00, mas não foi possível, diante da declaração do Prefeito, enviada ao TCEAL de que não dispunha no momento das atas, mas também não as enviou à Câmara, no entanto, segundo o RREO do 6º bimestre de 2017 apresentou a receita inferior a despesa no valor de R\$16.161.421,30, concluindo-se, claramente, que a meta de resultado primário não foi cumprida.

Não há evidência de que o município, em 2017, tenha limitado despesas em cumprimento do art. 9º, da LRF.

XXXVIII - DESPESAS DE PESSOAL

O art. 15, da Lei Complementar nº 101/00, estabelece que serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos. 16 e 17.

As Despesas de Pessoal são obrigatórias de caráter continuado de acordo com o art. 17, abaixo, da Lei Complementar nº 101/00 são despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios e exige:

1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as - de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Para o exercício financeiro de 2017, o anexo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado da Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabeleceu que as despesas da natureza poderiam crescer R\$50.000,00, de acordo com o art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem

para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

O art. 18 da LC 101/00 estabelece que as Despesas de Pessoal são entendidas como:

“Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a

mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, **bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.**

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho.

§ 3º Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no [art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.](#)”

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Os limites acima são calculados pela Receita Corrente Líquida de acordo com o art. 19 da Lei Complementar nº 101/00 e as despesas de pessoal de acordo com o art. 18.

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos [§§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição](#)

Em 22.09.2017 foi publicada no portal da transparência do município a Lei Municipal nº 1.207/17, que Dispõe sobre a concessão de reajuste aos Servidores Públicos Municipais da Educação, com o art. 3º estabelecendo que esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, ficando estabelecido que a concessão do reajuste salarial de 4% (quatro por cento), sendo 2% (dois por cento) a partir da folha salarial de setembro de 2017 e o remanescente de 2% (dois por cento) em outubro de 2017.

O caput do art. 9º, da LC 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece:

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (grifo nosso)

O RREO de agosto/2017, publicado na STN/SICONFI apresentou o seguinte:

Receita realizada até o 4º bimestre = R\$61.306.520,93;

Despesa liquidada até o 4º bimestre – R\$69.447.012,28;

Déficit até agosto = R\$8.140.491,35;

Despesas empenhadas até agosto = R\$75.074.319,31;

Despesas pagas até agosto = R\$63.892.917,78;

A meta de Resultado Primário fixada na LDO/2017 foi de R\$436.260,00 e a meta de Resultado Nominal foi de R\$1.774.022,00, mas o RREO de agosto publicado na STN/SICONFI e na transparência municipal não apresenta o valor da avaliação do cumprimento das referidas metas.

Receita realizada até o 5º bimestre = R\$75.009.319,91;

Despesa liquidada até o 5º bimestre – R\$84.988.433,98;

Déficit até outubro = R\$9.979.114,07;

Despesas empenhadas até outubro= R\$ 89.892.095,76;

Despesas pagas até = R\$77.585.222,89;

NO 1º QUADRIMESTRE FORAM PUBLICADAS AS LEIS NºS 1.173 E 1174, AMBAS DE 2017, QUE AUMENTARAM DESPESA.

O RREO de outubro não foi publicado na STN/SICONFI e, neste caso, o município ficou sujeito à inscrição no CAUC - Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais, ficando impedido de receber transferências voluntárias o que prejudicou a realização de despesas de capital para atender aos projetos estabelecidos no PPA, na LDO e na LOA.

Em 18.12.2017 foi publicada no portal da transparência do município a Lei Municipal nº 1.210/17, Que Dispõe sobre a Criação da Ouvidoria Geral do Município e Outras Providências, com o art. 12, determinando que a Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Destaca-se, que o cálculo do percentual máximo para os gastos com despesa de pessoal em relação à receita corrente líquida, calculadas de acordo com os arts. 2º e 18 da LRF, apresentaram o seguinte:

1º quadrimestre – 56,73%;

Pelo parágrafo único do art. 22, da LRF acima transcrito, o município atingindo 95% do limite de 54%, no caso 51,30%. Precisaria tomar as providências dispostas no mesmo parágrafo único.

Mas o limite de alerta, disposto no inciso II, do § 1ª, do art. 59 da LRF é de 90%, das despesas de pessoal sobre a receita corrente líquida, neste caso 48.60%.

Mesmo sendo retiradas as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, no 1º bimestre, período em que entraram em vigor as Lei nºs 1.173 e 1.174, o município ficou acima do limite de 95%, considerado limite prudencial no Relatório de Gestão Fiscal.

NO 1º QUADRIMESTRE FORAM PUBLICADAS AS LEIS NºS 1.173 E 1174, AMBAS DE 2017, QUE AUMENTARAM DESPESA.

2º quadrimestre – não foi divulgado o RGF;

3º quadrimestre – 69,16%.

Mas o município não tomou as medidas exigidas pelo art. 22 da LRF, apresentadas abaixo:

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no [inciso X do art. 37 da Constituição](#);

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no [inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição](#) e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Observa-se o disposto no art. 23 da LRF, a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece:

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos [§§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição](#).

§ 1º No caso do [inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição](#), o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. [\(Vide ADI 2238\)](#)

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. [\(Vide ADI 2238\)](#)

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 não poderá: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

§ 5º As restrições previstas no § 3º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior, devido a: (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

I — diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios decorrente de concessão de isenções tributárias pela União; e (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

II – diminuição das receitas recebidas de **royalties** e participações especiais. (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo só se aplica caso a despesa total com pessoal do quadrimestre vigente não ultrapasse o limite percentual previsto no art. 19 desta Lei Complementar, considerada, para este cálculo, a receita corrente líquida do quadrimestre correspondente do ano anterior atualizada monetariamente. (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

O limite disposto no art. 20 da LRF é de 54%.

Ao contrário do disposto no § 1º, o município criou cargos em 2017, como se observa nas leis acima apresentadas.

Com o percentual apresentado em dezembro/2017 das despesas de pessoal em relação à receita corrente líquida, observa-se que o município não cumpriu o disposto no caput do art. 23 acima transcrito, prejudicando, a população.

Não houve a redução de receita citada no § 5º.

A receita corrente líquida do ano, balizadora do limite das despesas de pessoal não cresceram no mesmo percentual do crescimento das despesas de pessoal, como se evidencia neste relatório.

As iniciativas de valores relevantes ligadas às despesas de pessoal não obedeceram ao disposto no art. 169 da Constituição Federal e nem a LDO/2017.

Apuração do Cumprimento do Limite Legal –

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	92.407.925,30	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	64.974.785,97	69,16%
LIMITE MÁXIMO	59.141.072,19	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL	47.405.265,68	51,30%
LIMITE DE ALERTA	44.910.251,69	48,60%

XXXIX - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Receita Corrente Líquida, calculada em 2016 para o ano de 2017, de acordo com o § 3º, do art. 2º, da Lei Complementar nº 101/00, apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades, foi de R\$92.407.925,30.

Sobre a Receita Corrente Líquida calculam-se os valores, aplicados os percentuais legais para os gastos com despesas de pessoal, para o estabelecimento da Reserva de Contingência e para os Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito.

XL - METAS FISCAIS RESULTADO PRIMÁRIO E RESULTADO NOMINAL

A Meta de Resultado Primário para o ano de 2017, fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de acordo com o art. 9º da Lei Complementar nº 101/00, foi de R\$436.260,00, atingindo o Resultado Primário, no exercício financeiro o valor de (R\$--8.638.517,96). Mas não foi publicado o resultado primário ajustado, conforme exige a legislação em vigor.

A Meta de Resultado Nominal para o ano de 2017, fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias de acordo com o art. 9º da Lei Complementar nº 101/00, foi de R\$1.774.022,00, atingindo o Resultado Nominal, no exercício financeiro o valor de R\$6.533.914,93. Mas não foi publicado o resultado nominal ajustado, conforme exige a legislação em vigor.

XLI - CONTROLE INTERNO

O artigo 32 da Lei Orgânica Municipal estabelece a relevância funcional do sistema de controle interno:

Art. 32 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada poder.

Parágrafo Único - Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda ou que assuma obrigações de natureza pecuniária.

O art. 74 da Constituição Federal, estabelece:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

O Controle Interno também é tratado no Capítulo II, do Título VIII, da Lei nº 4.320/64.

O Controle Interno indicou que os seus trabalhos, tratados no Relatório de Gestão foram realizados com base nos procedimentos e rotinas e papéis de trabalho, criadas pela própria CGM, amparado por manuais da CGU, TJ, cartilhas de Tribunais de Contas de outros estados da União, tendo sido verificados: balancetes mensais, balanço anual, minutas, notas de empenho, processos licitatórios, instrumentos e documentos relativos a contratos, movimentações patrimoniais, de materiais e demais documentos, bem como a inspeção física por amostragem.

Contudo, não se pode perder de vista as possíveis irregularidades em níveis setoriais que possam ser apensadas à responsabilidade do Poder Executivo Municipal, responsável pela manutenção de um controle interno dinâmico, ágil e eficiente, suporte indispensável para o exercício pleno do controle externo nos moldes constitucionais.

No âmbito do Poder Executivo do Município, o Controle Interno é exercido pela Controladoria Geral, instituído pela Lei nº 1007, de 04 de março de 2011, agregada ao Gabinete do Prefeito e possui hierarquia soberana às demais secretarias, no que pertine a função de fiscalização de todas as pastas do

Poder Executivo Municipal, bem como a Administração Direta, Indireta e Fundacional.

Com relação ao excesso verificado nas despesas de pessoal, o Controle Interno escreveu no seu relatório abaixo, que confirma não só quanto a irregularidade quanto a outras:

“DESPESA DE PESSOAL.

Com base na RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL, destacamos que o PERCENTUAL DE APLICAÇÃO com GASTO DE PESSOAL foi de 69,16%, conforme demonstra o ANEXO Nº I – DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL, estando acima da LEGISLAÇÃO VIGENTE, sendo notificado por parte da CONTROLADORIA GERAL, para o devido REENQUADRAMENTO.”

Mesmo não tendo havido a comprovação da notificação formal da Controladoria Geral, os gastos de pessoal em relação a receita corrente líquida, no 1º quadrimestre de 2018 passou para 71,11%.

Fica evidentemente claro que muitas obrigações constitucionais do município foram prejudicadas, mesmo com o cumprimento dos percentuais sobre as receitas tributárias e de transferências nas ações e serviços de saúde e com a educação, no entanto, tais atividades tiveram suas despesas de pessoal aumentadas.

As despesas de pessoal noutras atividades do município também foram aumentadas, conforme pode ser observado nas Leis Municipais relacionadas no considerando 33 deste relatório, que produziram efeito em 2017.

XLII - RELATÓRIO DE GESTÃO

Determinadas no art. 7º, Inciso I, da Lei Orgânica do TCE/AL, o Controle Interno informou que desenvolveu suas atividades fiscalizadoras preventivas, através da orientação e prestação de informações, buscando o pleno atendimento das normas legais.

A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 003/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas que Dispõe sobre a criação, a implantação, a manutenção e a coordenação de Sistemas de Controle Interno nos Poderes Municipais e dá outras providências, estabelece:

Art. 10 Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, nos termos do artigo 74, § 1º, da Constituição Federal, e do artigo 100, parágrafo único, da Constituição Estadual.

§ 1º Quando da comunicação ao Tribunal, na situação prevista no caput deste artigo, o dirigente do Órgão Central do SCI informará as providências adotadas para:

- I – corrigir a ilegalidade ou irregularidade detectada;
- II – determinar o ressarcimento de eventual dano causado ao erário;
- III – evitar ocorrências semelhantes.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

PARECER DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
BALANÇO GERAL – CONSOLIDADO

Trata-se de Parecer quanto à veracidade de dados constantes na **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL do EXERCÍCIO DE 2017** a que esta CGM está obrigada nos termos da CF/88, CE/89, LEI FEDERAL Nº 4.320/64, LEI ESTADUAL Nº 5.604/94 - LOTCE/AL, LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE/AL Nº 03/2011.

Em atendimento ao disposto nos **ARTIGOS 31 E 74 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**, que confere atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, no Artigo 100 da Constituição Estadual, combinada a Lei Orgânica e Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, passamos a apresentar o **PARECER** sobre as **CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS**, do **MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL**.

O **PRESENTE PARECER** demonstra aspectos relacionados ao **CONTROLE INTERNO FINANCEIRO, ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL, BEM COMO INFORMAÇÕES AUXILIARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017**.

A **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA** FOI CRIADA PELA **LEI MUNICIPAL Nº 1.007/2011, DE 04 DE MARÇO DE 2011**, regulamentada pelo **DECRETO MUNICIPAL Nº 20/2011**, e, desde então, vem contribuindo para o cumprimento dos princípios elencados no **ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**.

Na análise das **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017**

DA RECEITA - ANEXO 10 /RECEITA ORÇADA X RECEITA ARRECADADA

Receita Corrente Prevista	Receita Corrente Arrecadada
R\$ 169.188.047,80	R\$ 101.532.510,97
Receita de Capital Prevista	Receita de Capital Arrecadada
R\$ 29.925.179,00	R\$ 288.348,50
DEDUÇÕES PREVISTA	DEDUÇÕES ACUMULADAS
- R\$ 11.812.914,80	- R\$ 9.124.585,67
Receita Total Prevista	Receita Total Arrecadada
R\$ 187.300.312,00	R\$ 92.696.273,80



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Conforme demonstrado acima, pode-se observar um DÉFICIT na arrecadação da RECEITA CORRENTE DE - R\$ 67.655.536,83, e um DÉFICIT na arrecadação da RECEITA DE CAPITAL DE - R\$ 29.636.830,50, COMPARADOS A PREVISÃO INICIAL.

Após a comparação da PREVISÃO DA ARRECADAÇÃO TOTAL COM O EFETIVAMENTE ARRECADADO, nota-se que houve DÉFICIT TOTAL no valor de - R\$ 94.604.038,20, o que em nossa análise ocorreu pelos seguintes fatores:

- Não Realização das receitas correntes do município acima da prevista, estando grande parte relacionada à INDENIZAÇÃO DO FUNDEF;
- Receita de capital de transferências de recursos de convênios que não ocorreram como previsto.

DA DESPESA - ANEXO 11 /DESPESA AUTORIZADA X DESPESA REALIZADA

DESPESAS FIX + SUPL. - ANULADA	DESPESA REALIZADA	SALDO ORÇAMENTÁRIO
R\$ 187.300.312,00	R\$ 108.857.695,10	R\$ 78.442.616,90

A DESPESA ORÇAMENTÁRIA foi fixada em R\$ 187.300.312,00, tendo como CRÉDITO SUPLEMENTAR O VALOR DE R\$ 45.304.751,23, bem como ANULAÇÃO de DOTAÇÕES no valor R\$ 45.304.751,23, ficando com uma DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DE R\$ 78.442.616,90, ao fim do exercício.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ANEXO 12

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	DÉFICIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
R\$ 92.696.273,80	R\$ 108.857.695,10	- R\$ 16.161.421,30

Neste sentido, a fim de evitar DESEQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO, o Município adotou medidas para contenção dos gastos, contingenciando o orçamento disponível nas secretarias e com maior controle no acompanhamento de despesas ao longo do exercício em análise.

BALANÇO FINANCEIRO - ANEXO 13

RECEITA ORÇAMENTÁRIA + TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA	DESPESA ORÇAMENTÁRIA + TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	DÉFICIT DA EXECUÇÃO FIN. ORÇAMENTÁRIA
R\$ 124.603.759,52	R\$ 140.764.730,82	R\$ 16.161.421,30



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

Comparando-se a RECEITA ARRECADADA MAIS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS COM AS DESPESAS EMPENHADAS MAIS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS, nota-se que houve DÉFICIT DA EXECUÇÃO FINANCEIRA ORÇAMENTÁRIA no valor de - R\$ 16.161.421,30

BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14

ATIVO CIRCULANTE

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E REALIZÁVEIS

Contas	Valor
Caixa e Equivalentes	R\$ 9.658.558,69
Realizáveis à Curto Prazo	R\$ 2.259.087,93

ESTOQUE

Descrição	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo em 2017
Almoxarifado	R\$ 2.097.539,04	R\$ 6.014.552,50	R\$ 7.733.926,89	R\$ 378.164,65

ATIVO PERMANENTE

PATRIMÔNIO

Descrição	Saldo Anterior	Incorporação Aquisição	Alienação Baixa	Saldo em 2017
Bens Móveis	R\$ 17.995.316,78	R\$ 1.418.835,85	R\$ 0,00	R\$ 19.414.152,63
Bens Imóveis	R\$ 43.907.177,73	R\$ 1.801.356,96	R\$ 0,00	R\$ 45.708.534,69

PASSIVO CIRCULANTE

RESTOS A PAGAR

	Saldo Anterior	Inscrição	Baixas	Saldo em 2017
Processados	R\$ 335.822,52	R\$ 5.512.747,82	R\$ 294.777,42	R\$ 5.553.792,92
Não-processados	R\$ 0,00	R\$ 5.651.466,84	R\$ 0,00	R\$ 5.651.466,84
TOTAL				R\$ 11.205.259,76

GASTOS COM SAÚDE

Com base nas RECEITAS ARRECADADAS E NAS DESPESAS LIQUIDADAS, destacamos que o **PERCENTUAL DE APLICAÇÃO** em **AÇÕES DE SAÚDE** sobre a **RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS** foi de **23,12%** conforme demonstra o **ANEXO XII - DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM

GASTOS COM EDUCAÇÃO

Com base nas **RECEITAS ARRECADADAS E NAS DESPESAS LIQUIDADAS**, destacamos que o **PERCENTUAL DE APLICAÇÃO** em **AÇÕES DE EDUCAÇÃO** sobre a **RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS** foi de **30,18%** conforme demonstra o **ANEXO VIII - DO RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**.

DESPESA COM PESSOAL

Com base na **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL**, destacamos que o **PERCENTUAL DE APLICAÇÃO** com **GASTO DE PESSOAL** foi de **69,16%**, conforme demonstra o **ANEXO I - DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**, estando acima da **LEGISLAÇÃO VIGENTE**, sendo notificado por parte desta CONTROLADORIA para o **DEVIDO REENQUADRAMENTO**.

CONCLUSÃO

A **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO** no **EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES**, através de análise das **PEÇAS CONTÁBEIS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS** das **CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS**, do **MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA/AL**, atesta a veracidade dos dados, com base nos princípios legais.

Diante do exposto, esta Controladoria apresenta, de forma explicativa o **ACOMPANHAMENTO DESTA MUNICÍPIO NO EXERCÍCIO DE 2017**.

É o Parecer.

Delmiro Gouveia/AL, 24 de Abril de 2018.

FABIANA ÂNGELO FERREIRA DA SILVA
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO

O relatório do Controle Interno está apresentado da mesma forma em que foi publicado com o fim de assegurar a sua integralidade, inclusive quanto à responsabilidade da Controladora, conforme sua assinatura, no entanto, para melhor subsidiar o entendimento do Excelentíssimos Senhores Vereadores está sendo anexado a este documento.

XLIII - CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Este relatório expõe, obedecendo as obrigações constitucionais do Poder Legislativo e na competência do disposto no inciso X, do art. 13, da Lei Orgânica Municipal que é a Lei de regência do Município, e Lei Interna do Poder Legislativo, e a legislação competente, de forma clara, as ações, os direitos, as obrigações, as receitas, as despesas, o Patrimônio Municipal, sendo todas as informações publicadas na transparência municipal e na STN/SICONFI em obediência ao caput do art. 37 da Constituição Federal e nos arquivos da Câmara, **demonstrando, claramente, o descumprimento de parte relevantes da legislação específica** e informamos que não foram encontradas evidências de que o Município e nem o gestor da época não receberam, do TCEAL, nenhuma diligência sobre a existência das irregularidades ou nulidades sanáveis de acordo com § 1º, do art. 83, da Resolução nº 003/2001 da Corte de Contas, nem foram encontradas evidências de que o gestor sofreu alguma penalidade estabelecida no Decreto-Lei nº 201/67 e na Lei nº 10.028/00, com relação as contas de 2017, enfim, tudo, comprovadamente, capaz de permitir aos Membros do Poder Legislativo uma decisão justa sobre as contas do Município de Delmiro Gouveia do exercício financeiro de 2017, nos moldes do disposto da alínea a do inciso III, do art. 119, da Resolução nº 003/2001, do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, providência e norma aplicável, no caso da Câmara, sobre as irregularidades das contas de Governo, mas destaca-se que não foi encontrada nenhuma informação sobre o enquadramento das contas, objeto deste relatório, com relação à Resolução Normativa TCEAL nº 013/2022.

Chamamos a atenção para os períodos do relatório grifados e destacados sobre a fonte em negrito em todo o documento por serem muito importantes para a justa decisão plenária dos Edis, por informarem, comprovadamente, graves ilegalidades enquadráveis no disposto no art. 119, da Resolução Normativa TCEAL nº 003/2001, a saber. III – irregulares quando comprovadas as seguintes ocorrências:

b) injustificado dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico;

Diante de tudo, não há nenhuma dúvida de que no julgamento das contas de governo do ano de 2019, do Município de Elmiro Gouveia,

as mesmas deverão ser entendidas como absolutamente passíveis de desaprovação.

Em face de todas as ilegalidades identificadas neste relatório, não há dúvida de que as contas de governo, do Município de Delmiro Gouveia, não podem se julgadas legais.

Atenciosamente

Maceió, 30 de outubro de 2023

MOACIR JOSE SILVA

BERNARDES:02086271468

Assinado de forma digital por MOACIR

JOSE SILVA BERNARDES:02086271468

Dados: 2023.11.02 16:18:39 -03'00'

MOACIR JOSÉ SILVA BERNARDES

Responsável pela confecção do relatório.



NÚMERO: 11160002/2023

DATA ENTRADA: 16/11/2023

DEPARTAMENTO:PROTOCOLO

FUNCIONÁRIO:MARIA LÚCIA DA SILVA

REQUERENTE

NOME: CAMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

ENDEREÇO: TRAVESSA LUIZ CARLOS CAVALCANTE DE LIMA, 04,
CENTRO, DELMIRO GOUVEIA/AL

ASSUNTO

OFICIO

OFÍCIO Nº 028/2023

ASSUNTO: ENCAMINHA A MATÉRIA A ESSE ÓRGÃO PARA ANÁLISE E EMISSÃO DE
PARECER: OFÍCIO N° 106/2023 - PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS DE GOVERNO
2017, 2018, 2019 E 2020.

ANDAMENTOS

Desenvolvimento: <http://www.kalana.com.br>



Câmara Municipal de Delmiro Gouveia
CNPJ: 12.421178/0001-95
Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04

GABINETE DO PRESIDENTE

Ofício nº 28/2023

Delmiro Gouveia, 09 de novembro de 2023.

A: Comissão de Justiça, Legislação, Educação, Saúde e Redação Final.

Observado o art. 53, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, encaminho a matéria a esse órgão para análise e emissão de parecer:

Ofício nº 106/2023 – Prestações de Contas Municipais de Governo de 2017, 2018, 2019 e 2020.


Marcos Antonio Silva
Presidente

Certifico que a correspondência supra foi recebida pelo Exmº Sr. Vereador George Lisboa Júnior, Presidente da CCJ.

Em: 16 / 11 / 2023

AFIXADO E PUBLICADO NO
MURAL DA CAMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DO MUNICIPIO
DE DELMIRO GOUVEIA-AL, PARA
FINS DE PUBLICIDADE.

Em: 16 / 11 / 2023

Ass:



FUNCIONÁRIO:MARIA LÚCIA DA SILVA

ENDEREÇO: TRAVESSA LUIZ CARLOS CAVALCANTE DE LIMA, 04,
CENTRO, DELMIRO GOUVEIA/AL

OFÍCIO Nº 030/2023
ASSUNTO: OBSERVANDO AINDA QUE NÃO FORAM CUMPRIDAS AS DETERMINAÇÕES DOS ARTIGOS E ITEM, O PRESIDENTE DESTA CASA, SOLICITA A DEVOLUÇÃO DO SEGUINTE: OFÍCIO Nº 106/2023 - PRESTAÇÃO DE CONTAS MUNICIPAIS DE GOVERNO DE 2017, 2018, 2019 E 2020.

GABINETE JUNIOR LISBOA



Câmara Municipal de Delmiro Gouveia
CNPJ: 12.421178/0001-95
Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04

GABINETE DO PRESIDENTE

Ofício nº 30/2023

Delmiro Gouveia, 01 de dezembro de 2023.

A: Comissão de Justiça, Legislação, Educação, Saúde e Redação Final.

Senhor Presidente,

Observado o art. 46, III, e art.48, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e observando ainda, que não foram cumpridas as determinações dos artigos e item acima descritos, o presidente desta casa, solicita a devolução do seguinte:

Ofício nº 106/2023 – Relatórios das Prestações de Contas Municipais de Governo de 2017, 2018, 2019 e 2020.


Marcos Antônio Silva
Presidente

Certifico que a correspondência supra foi recebida pelo Exmº Sr. Vereador George Lisboa Júnior, Presidente da CCJ.

Em: 01 / 12 / 2023

AFIXADO E PUBLICADO NO
MURAL DA CAMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DO MUNICIPIO
DE DELMIRO GOUVEIA-AL, PARA
FINS DE PUBLICIDADE.

Em: 01 / 12 / 2023



CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS
Travessa Luiz Carlos Cavalcante Lima, 04.

PORTARIA Nº14/2023 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA HENRIQUETA EVA CARDEAL VEREADORA DESTA CASA
LEGISLATIVA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA - AL, deste
Município, no uso de suas atribuições legais de acordo com **art. 52, §1º**. do Regimento Interno desta casa.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar A vereadora HENRIQUETA EVA CARDEAL, como relatora especial em substituição a Comissão de Justiça para apresentar parecer sobre o Ofício nº 106/2023, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Relatório da Prestação de Contas de Governo do exercício financeiro de 2017 do Prefeito do Município de Delmiro Gouveia-AL, e dá outras providências, devido ter se esgotados os prazos previsto Art.52, §1º do regimento interno, para que apresente parecer no prazo de 03 (três) dias.

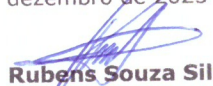
Art. 2º - Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de 04 de dezembro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Delmiro Gouveia – AL, 04 de dezembro de 2023.


Marcos Antônio Silva
Presidente da Câmara Municipal

DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE – Rubens Souza Silva, Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o determinado pela legislação vigente, DECLARA para fins de comprovação, que a portaria 14/2023 editado em 04 de dezembro de 2023, foi publicado através de fixação, no Quadro Público de Publicação desta Câmara Municipal, e arquivada no Gabinete da Presidência, em 04 de dezembro de 2023 . O referido é verdade e dou fé.


Rubens Souza Silva
Diretor Administrativo
Matricula nº 883

**AFIXADO E PUBLICADO NO
MURAL DA CAMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DO MUNICIPIO
DE DELMIRO GOUVEIA-AL, PARA
FINS DE PUBLICIDADE.**
20.12.2023

MARCOS ANTONIO SILVA

Presidente da Câmara Municipal

DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE – Rubens Souza Silva, Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o determinado pela legislação vigente, DECLARA para fins de comprovação, que a portaria 17/2023 editado em 04 de dezembro de 2023, foi publicado através de fixação, no Quadro Público de Publicação desta Câmara Municipal, e arquivada no Gabinete da Presidência, em 04 de dezembro de 2023. O referido é verdade e dou fê.

RUBENS SOUZA SILVADiretor Administrativo
Matricula nº 883**Publicado por:**Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador: B02D2E34

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo n.º 0500.001959.2023**Pregão Eletrônico nº 031/2023 2º Chamada**

Objeto: Menor Preço por lote de itens

Disponibilidade: <http://www.licitacoes-e.com.br>

Objeto: Registro de preço para Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de veículos automotores, para atender as demandas das secretarias municipais do município de Delmiro Gouveia/AL.

Data de realização: 09 de janeiro de 2024 às 08:00h.

Informações: cpldelmiro@outlook.com**ERIKA VANESSA MELO DE LIMA**

Pregoeira

Publicado por:Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador: 64087B9E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ASSINATURA DE FERRAMENTA DE PESQUISA, INCLUSÃO E COMPARAÇÃO DE PREÇOS ATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

O Departamento de Compras do Município de Delmiro Gouveia-AL convida as empresas especializadas no fornecimento do objeto acima especificado, a participarem da pesquisa de preço conforme planilha descritiva que deverá ser solicitada através do e-mail comprasdelmiro@gmail.com.

A cotação deverá ser enviada até o dia 11 de dezembro de 2023.

JOSÉ CARLOS RODRIGUES

Departamento de Compras

Delmiro Gouveia – AL, 04 de dezembro de 2023.

Publicado por:José Carlos Rodrigues
Código Identificador: BD2B7C42

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
PORTARIA Nº 16/2023**

PORTARIA Nº 16/2023 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA EDNA GOMES BERNARDO
VEREADORA DESTA CASA LEGISLATIVA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA - AL, deste Município, no uso de suas atribuições legais de acordo com **art. 52, §1º.** do Regimento Interno desta casa.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar A vereadora EDNA GOMES BERNARDO como relatora especial em substituição a Comissão de Justiça para apresentar parecer sobre o Ofício nº 106/2023, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Relatório da Prestação de Contas de Governo do exercício financeiro de 2019 do Prefeito do município de Delmiro Gouveia-AL, e dá outras providências, devido ter se esgotados os prazos previsto Art.52, §1º do regimento interno, para que apresente parecer no prazo de 03 (três) dias.

Art. 2º - Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.**Art. 3º** - Esta portaria entra em vigor na data de 04 de dezembro 2023, revogadas as disposições em contrário.

Delmiro Gouveia – AL, 04 de dezembro de 2023.

MARCOS ANTONIO SILVA

Presidente da Câmara Municipal

DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE – Rubens Souza Silva, Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o determinado pela legislação vigente, DECLARA para fins de comprovação, que a portaria 16/2023 editado em 04 de dezembro de 2023, foi publicado através de fixação, no Quadro Público de Publicação desta Câmara Municipal, e arquivada no Gabinete da Presidência, em 04 de dezembro de 2023. O referido é verdade e dou fê.

RUBENS SOUZA SILVADiretor Administrativo
Matricula nº 883**Publicado por:**Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador: 99229617

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO
GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 0809/2023 A
PREFEITA DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA,
ALAGOAS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
CONFERIDAS PELA LEI Nº 623/1993 E LEI Nº 860/2005.
RESOLVE: EXONERAR A PEDIDO, MARIA VILMA
PACIFICO DOS SANTOS, PORT**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 0809/2023

A Prefeita do Município de DELMIRO GOUVEIA, ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 623/1993 e Lei nº 860/2005.

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, MARIA VILMA PACIFICO DOS SANTOS, portador (a) do CPF: 318.###.###-68, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do quadro de Cargos de Carreira de Provimento Efetivo, do Município de Delmiro Gouveia. Com efeito retroativo à 01 de dezembro de 2023.

Delmiro Gouveia, 04 de dezembro de 2023.

ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA

Secretária de Administração e Recursos Humanos

Processo nº: 08210015/2023
Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2022
Contratante: MUNICÍPIO DE CRAÍBAS/AL, inscrito no CNPJ sob o Nº 08.439.549/0001-99.
Contratada: GM ENGENHARIA E LOGÍSTICA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 31.329.769/0001-81.
Objeto: Prorrogação de execução, de vigência contratual e ajuste na planilha orçamentária referente ao contrato nº 07/2022. Base Legal: art.65, inciso I alínea b, e § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.
Data de Assinatura: 04 de setembro de 2023.
Signatários: Teófilo José Barroso Pereira pelo Contratante e Felipe Joaquim Castro Santana pela Contratada.

Publicado por:
Tiago José de Lima
Código Identificador:0DA09BC6

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 14/2023

PORTARIA Nº14/2023 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA HENRIQUETA EVA CARDEAL
VEREADORA DESTA CASA LEGISLATIVA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA - AL, deste Município, no uso de suas atribuições legais de acordo com **art. 52, §1º**, do Regimento Interno desta casa.

RESOLVE:

Art. 1º Designar A vereadora HENRIQUETA EVA CARDEAL, como relatora especial em substituição a Comissão de Justiça para apresentar parecer sobre o Ofício nº 106/2023, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Relatório da Prestação de Contas de Governo do exercício financeiro de 2017 do Prefeito do Município de Delmiro Gouveia-Al, e dá outras providências, devido ter se esgotados os prazos previsto Art.52, §1º do regimento interno, para que apresente parecer no prazo de 03 (três) dias.

Art. 2º - Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de 04 de dezembro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Delmiro Gouveia – AL, 04 de dezembro de 2023.

MARCOS ANTONIO SILVA
Presidente da Câmara Municipal

DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE – Rubens Souza Silva, Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o determinado pela legislação vigente, DECLARA para fins de comprovação, que a portaria 14/2023 editado em 04 de dezembro de 2023, foi publicado através de fixação, no Quadro Público de Publicação desta Câmara Municipal, e arquivada no Gabinete da Presidência, em 04 de dezembro de 2023 . O referido é verdade e dou fé.

RUBENS SOUZA SILVA
Diretor Administrativo
Matricula nº 883

Publicado por:
Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:67466C99

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 15/2023

PORTARIA Nº 15/2023 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA HENRIQUETA EVA CARDEAL
VEREADORA DESTA CASA LEGISLATIVA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA - AL, deste Município, no uso de suas atribuições legais de acordo com **art. 52, §1º**, do Regimento Interno desta casa.

RESOLVE:

Art. 1º Designar A vereadora HENRIQUETA EVA CARDEAL, como relatora especial em substituição a Comissão de Justiça para apresentar parecer sobre o Ofício nº 106/2023, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Relatório Prestação de Contas de Governo do exercício financeiro de 2018 do Prefeito do município de Delmiro Gouveia-Al, e dá outras providências, devido ter se esgotados os prazos previsto Art.52, §1º do regimento interno, para que apresente parecer no prazo de 03 (três) dias.

Art. 2º - Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de 04 de dezembro de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Delmiro Gouveia – AL, 04 de dezembro de 2023.

MARCOS ANTONIO SILVA
Presidente da Câmara Municipal

DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE – Rubens Souza Silva, Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o determinado pela legislação vigente, DECLARA para fins de comprovação, que a portaria 15/2023 editado em 04 de dezembro de 2023, foi publicado através de fixação, no Quadro Público de Publicação desta Câmara Municipal, e arquivada no Gabinete da Presidência, em 04 de dezembro de 2023 . O referido é verdade e dou fé.

RUBENS SOUZA SILVA
Diretor Administrativo
Matricula nº 883

Publicado por:
Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:24EE5D03

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 17/2023

PORTARIA Nº17/2023 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA EDNA GOMES BERNARDO
VEREADORA DESTA CASA LEGISLATIVA.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA - AL, deste Município, no uso de suas atribuições legais de acordo com **art. 52, §1º**, do Regimento Interno desta casa.

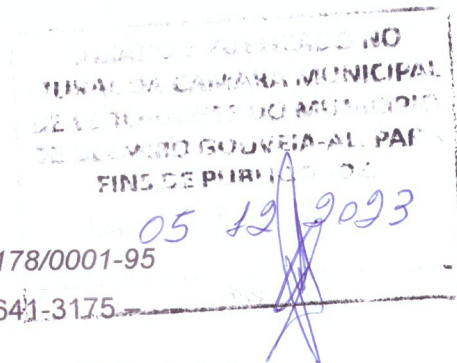
RESOLVE:

Art. 1º Designar A vereadora EDNA GOMES BERNARDO como relatora especial em substituição a Comissão de Justiça para apresentar parecer sobre o Ofício nº 106/2023, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Relatório da Prestação de Contas de Governo do exercício financeiro de 2020 do Prefeito do município de Delmiro Gouveia-Al, e dá outras providências, devido ter se esgotados os prazos previsto Art.52, §1º do regimento interno, para que apresente parecer no prazo de 03 (três) dias.

Art. 2º - Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de 04 de dezembro 2023, revogadas as disposições em contrário.

Delmiro Gouveia – AL, 04 de dezembro de 2023.



Câmara Municipal de Delmiro Gouveia-Alagoas CNPJ: 12.421178/0001-95

Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04 Tel.: 641-2111 e 641-3175
Delmiro Gouveia - AL

Página 1 de 4

PARECER ESPECIAL EM SUBSTITUIÇÃO A COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E REDAÇÃO FINAL Nº 010 /2023.

RELATÓRIO

A Relatora Especial em substituição a Comissão de Justiça, Legislação, Educação, Saúde e Redação Final, na competência dos artigos 52 e § 1º do Regimento Interno da Câmara, apresenta o seu parecer sobre o RELATÓRIO DETALHADO, FUNDAMENTADO, CIRCUNSTANCIADO E CONCLUSIVO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA-AL.

VOTO DA RELATORA

O relatório, no que diz respeito à legalidade e constitucionalidade, destina-se a permitir à Câmara Municipal o cumprimento, tempestivamente, das suas exclusivas obrigações dispostas no art. 31 da Constituição Federal e inciso X, do art. 13 da Lei Orgânica Municipal.

É absolutamente legal e devido o julgamento das contas de governo pela Câmara de Vereadores, condição outorgada pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, confirmando-se tal autorização pela Resolução Normativa TCEAL nº 13/2022, no seu sétimo considerando.

A autorização para Assembleia Legislativa de Alagoas julgar as contas do Governo do Estado através dos documentos em seus arquivos, não tendo recebido o Parecer Prévio do TC, está contida no § 6º, do art. 91, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, o que permite, por simetria o julgamento sem o Parecer Prévio do TC,



Câmara Municipal de Delmiro Gouveia-Alagoas CNPJ: 12.421178/0001-95

*Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04 Tel.: 641-2111 e 641-3175 –
Delmiro Gouveia - AL*

Página 2 de 4

situação também permitida pelo 7º “considerando”, da Resolução Normativa TCEAL nº 013/2022.

O relatório está em absoluta coerência com o disposto no Ato nº 104/2023, do Presidente do TCEAL, publicado no DOETCE de 16.05.2023, quanto aos pontos de controle mínimos, com destaque no Parecer do Controle Interno Municipal, sendo este o primeiro documento a ser analisado pela Corte de Contas, conforme consta do Anexo Único do referido Ato.

O relatório apresenta farta comprovação da fundamentação legal em todos os aspectos e circunstâncias dispostas no mesmo, tendo sido utilizadas as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno da Câmara, os Códigos Penal e Civil, as Leis Complementares nº 95/98, 101/00 e 141/12, Leis nºs 4.320/64, 8.212/91, 8.429/92, 12.527/11, a Lei Orgânica, o Regimento Interno da Câmara, Instruções Normativas, Resoluções Normativas e Decisões do TCEAL, Normas Básicas do Conselho Federal de Contabilidade, Decretos-Lei nºs 4.657/42 e 201/67, farta Doutrina, Jurisprudência e decisões de Tribunais de Contas de outros Estados e seguiu, todas os pontos de controle utilizados pela fiscalização do TCEAL dispostos no Ato 104/2023, do Presidente do Órgão, portanto não há a menor dúvida quanto a fidedignidade do relatório em discussão.

Dadas as limitações técnicas para a confecção do relatório conclusivo dada a sua riqueza de detalhes o que assegura à Câmara o máximo de segurança aos Vereadores quanto a um julgamento adequado e capaz de levar ao conhecimento da população, no seu compromisso constitucional de transparência, precisou de muito tempo para realizar tal tarefa, isto sem pensar nas dificuldades na obtenção de documentos indispensáveis à segurança das suas responsabilidades, como está disposto no relatório em face de que alguns documentos importantes não foram publicados, o que privou a sociedade das informações capitais para a supremacia do interesse público, em



Câmara Municipal de Delmiro Gouveia-Alagoas CNPJ: 12.421178/0001-95

Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04 Tel.: 641-2111 e 641-3175 –
Delmiro Gouveia - AL

Página 3 de 4

desobediência ao disposto no caput do art. 37, da Constituição Federal e art. 91 da Lei Orgânica Municipal, instrumentos legais que o Prefeito prometeu cumprir no ato da sua posse no cargo de governo.

É necessário informar que há 13 anos a Câmara, por não ter recebido Pareceres Prévios do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, sendo estes, de acordo com o § 1º, do art. 1º, da Lei Estadual nº 5.604/94, a Lei Orgânica do TCEAL, da época das contas e da atual, a Lei nº 8.790/22, o encarregado do julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas, mas sobre a apreciação das contas de governo, em consonância com os incisos I e julgar as contas de gestão, conforme incisos II e III, do mesmo artigo, da mesma lei.

Com o acima disposto, fica claro que o Tribunal de Contas não julga contas de governo.

O relatório apresenta alto grau de confiabilidade e traz a repetição de leis e normas em tópicos, mas não se traduzem em redundância. Explica-se que as citações de leis nestas condições decorrem da existência de várias impropriedades e irregularidades em muitas ações governamentais.

O § 1º, do art. 57, da Lei Complementar nº 101/00, a Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que no caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias para a emissão dos Pareceres Prévios, no entanto, ao receber o dito parecer, se a Câmara já tiver julgado as contas, caberá a esta analisar a posição do TC comparando-a com o julgamento legislativo e tomando as providências que o caso poderá requerer.

Um dos mais importantes diplomas legais que asseguram a legitimidade de que as leis produzem efeitos, no caso da normalidade do processo legislativo, foram observadas algumas



Câmara Municipal de Delmiro Gouveia-Alagoas CNPJ: 12.421178/0001-95

Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04 Tel.: 641-2111 e 641-3175 –
Delmiro Gouveia - AL

Página 4 de 4

falhas no sentido do art. 18 da Lei Complementar nº 95/98.

Conclui-se que o relatório e a decisão da Câmara são legais, mas que quanto aos aspectos ligados a execução das funções orçamentária, patrimonial e financeira deverá ser apresentado parecer conclusivo da Comissão de Finanças e Orçamento, devendo igual procedimento ser adotado pela Comissão de Obras, pois o relatório diz que foi muito grande o prejuízo dos habitantes de Delmiro Gouveia pelo não cumprimento das receitas não realizadas ligadas a investimentos.

Conclui, ainda, esta relatora, pelo seu parecer favorável à autonomia e legalidade da Câmara quanto à sua competência de julgar as contas de governo do município sem o parecer prévio do TC-AL, o qual foi requerido à Corte de Contas em agosto de 2023, sem, contudo, o ter recebido, não obstante a exaustão do prazo legal.

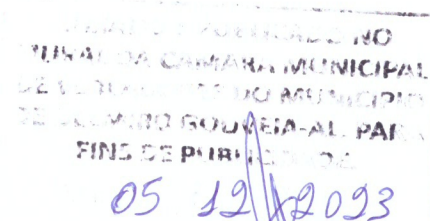
DECISÃO DA RELATORA

Diante do competente relatório da Relatora Especial, não resta alternativa a não ser aprovar a autonomia da Câmara para, legalmente, julgar as contas de governo deste município do ano de 2017.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia- AL, 05 de dezembro de 2023.


Henriqueta Eva Cardeal

Relatora Especial



Fornecedor Beneficiário: CPX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ sob o nº: 08.486.214/0001-21.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de coifa industrial destinado a atender as necessidades do Município de Craibás/AL.

Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.
Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2023.

Signatários: Teófilo José Barroso Pereira pelo Órgão Gerenciador e André Parrilha pelo Fornecedor Beneficiário.

Publicado por:
Tiago José de Lima
Código Identificador:1C0E2673

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DA ATA Nº 152/2023

Processo nº: 09210004/2023

Ata de Registro de Preços nº 152/2023

Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 10.039/2023

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE CRAIBÁS/AL, CNPJ nº: 08.439.549/0001-99.

Fornecedor Beneficiário: FACILITA COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ sob o nº: 46.113.198/0001-10.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de coifa industrial destinado a atender as necessidades do Município de Craibás/AL.

Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

Data de Assinatura: 13 de dezembro de 2023.

Signatários: Teófilo José Barroso Pereira pelo Órgão Gerenciador e Camila Alcana pelo Fornecedor Beneficiário.

Publicado por:
Tiago José de Lima
Código Identificador:CEA8D07F

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

CÂMARA MUNICIPAL PARECER ESPECIAL - REDAÇÃO FINAL Nº 10/2023.

PARECER ESPECIAL EM SUBSTITUIÇÃO A COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E REDAÇÃO FINAL Nº 010/2023.

RELATÓRIO

A Relatora Especial em substituição a Comissão de Justiça, Legislação, Educação, Saúde e Redação Final, na competência dos artigos 52 e §1º do Regimento Interno da Câmara, apresenta o seu parecer sobre o RELATÓRIO DETALHADO, FUNDAMENTADO, CIRCUNSTANCIADO E CONCLUSIVO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA-AL.

VOTO DA RELATORA

O relatório, no que diz respeito à legalidade e constitucionalidade, destina-se a permitir à Câmara Municipal o cumprimento, tempestivamente, das suas exclusivas obrigações dispostas no art. 31 da Constituição Federal e inciso X, do art. 13 da Lei Orgânica Municipal.

É absolutamente legal e devido o julgamento das contas de governo pela Câmara de Vereadores, condição outorgada pela Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, confirmando-se tal autorização pela Resolução Normativa TCEAL nº 13/2022, no seu sétimo considerando.

A autorização para Assembleia Legislativa de Alagoas julgar as contas do Governo do Estado através dos documentos em seus arquivos, não tendo recebido o Parecer Prévio do TC, está contida no § 6º, do art. 91, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, o que permite, por simetria o julgamento sem o Parecer Prévio do TC, situação também permitida pelo 7º "considerando", da Resolução Normativa TCEAL nº 013/2022.

O relatório está em absoluta coerência com o disposto no Ato nº

16.05.2023, quanto aos pontos de controle mínimos, com destaque no Parecer do Controle Interno Municipal, sendo este o primeiro documento a ser analisado pela Corte de Contas, conforme consta do Anexo Único do referido Ato.

O relatório apresenta farta comprovação da fundamentação legal em todos os aspectos e circunstâncias dispostas no mesmo, tendo sido utilizadas as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno da Câmara, os Códigos Penal e Civil, as Leis Complementares nº 95/98, 101/00 e 141/12, Leis nºs 4.320/64, 8.212/91, 8.429/92, 12.527/11, a Lei Orgânica, o Regimento Interno da Câmara, Instruções Normativas, Resoluções Normativas e Decisões do TCEAL, Normas Básicas do Conselho Federal de Contabilidade, Decretos-Lei nºs 4.657/42 e 201/67, farta Doutrina, Jurisprudência e decisões de Tribunais de Contas de outros Estados e seguiu, todas os pontos de controle utilizados pela fiscalização do TCEAL dispostos no Ato 104/2023, do Presidente do Órgão, portanto não há a menor dúvida quanto a fidedignidade do relatório em discussão.

Dadas as limitações técnicas para a confecção do relatório conclusivo dada a sua riqueza de detalhes o que assegura à Câmara o máximo de segurança aos Vereadores quanto a um julgamento adequado e capaz de levar ao conhecimento da população, no seu compromisso constitucional de transparência, precisou de muito tempo para realizar tal tarefa, isto sem pensar nas dificuldades na obtenção de documentos indispensáveis à segurança das suas responsabilidades, como está disposto no relatório em face de que alguns documentos importantes não foram publicados, o que privou a sociedade das informações capitais para a supremacia do interesse público, em desobediência ao disposto no caput do art. 37, da Constituição Federal e art. 91 da Lei Orgânica Municipal, instrumentos legais que o Prefeito prometeu cumprir no ato da sua posse no cargo de governo.

É necessário informar que há 13 anos a Câmara, por não ter recebido Pareceres Prévios do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, sendo estes, de acordo com o § 1º, do art. 1º, da Lei Estadual nº 5.604/94, a Lei Orgânica do TCEAL, da época das contas e da atual, a Lei nº 8.790/22, o encarregado do julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas, mas sobre a apreciação das contas de governo, em consonância com os incisos I e julgar as contas de gestão, conforme incisos II e III, do mesmo artigo, da mesma lei.

Com o acima disposto, fica claro que o Tribunal de Contas não julga contas de governo.

O relatório apresenta alto grau de confiabilidade e traz a repetição de leis e normas em tópicos, mas não se traduzem em redundância. Explica-se que as citações de leis nestas condições decorrem da existência de várias impropriedades e irregularidades em muitas ações governamentais.

O § 1º, do art. 57, da Lei Complementar nº 101/00, a Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que no caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias para a emissão dos Pareceres Prévios, no entanto, ao receber o dito parecer, se a Câmara já tiver julgado as contas, caberá a esta analisar a posição do TC comparando-a com o julgamento legislativo e tomando as providências que o caso poderá requerer.

Um dos mais importantes diplomas legais que asseguram a legitimidade de que as leis produzem efeitos, no caso da normalidade do processo legislativo, foram observadas algumas falhas no sentido do art. 18 da Lei Complementar nº 95/98.

Conclui-se que o relatório e a decisão da Câmara são legais, mas que quanto aos aspectos ligados a execução das funções orçamentária, patrimonial e financeira deverá ser apresentado parecer conclusivo da Comissão de Finanças e Orçamento, devendo igual procedimento ser adotado pela Comissão de Obras, pois o relatório diz que foi muito grande o prejuízo dos habitantes de Delmiro Gouveia pelo não cumprimento das receitas não realizadas ligadas a investimentos.

Conclui, ainda, esta relatora, pelo seu parecer favorável à autonomia e legalidade da Câmara quanto à sua competência de julgar as contas de governo do município sem o parecer prévio do TC-AL, o

qual foi requerido à Corte de Contas em agosto de 2023, sem, contudo, o ter recebido, não obstante a exaustão do prazo legal.

DECISÃO DA RELATORA

Diante do competente relatório da Relatora Especial, não resta alternativa a não ser aprovar a autonomia da Câmara para, legalmente, julgar as contas de governo deste município do ano de 2017.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia- AL, 05 de dezembro de 2023.

HENRIQUETA EVA CARDEAL

Relatora Especial

Publicado por:

Erika Vanessa Melo de Lima

Código Identificador:260B2DC0

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER ESPECIAL - REDAÇÃO FINAL Nº 11/2023

PARECER ESPECIAL EM SUBSTITUIÇÃO A COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E REDAÇÃO FINAL Nº 011/2023.

RELATÓRIO

A Relatora Especial em substituição a Comissão de Justiça, Legislação, Educação, Saúde e Redação Final, na competência dos artigos 52 e §1º do Regimento Interno da Câmara, apresenta o seu parecer sobre o RELATÓRIO DETALHADO, FUNDAMENTADO, CIRCUNSTANCIADO E CONCLUSIVO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA-AL.

VOTO DA RELATORA

O relatório, no que diz respeito à legalidade e constitucionalidade, destina-se a permitir à Câmara Municipal o cumprimento, tempestivamente, das suas exclusivas obrigações dispostas no art. 31 da Constituição Federal e inciso X, do art. 13 da Lei Orgânica Municipal.

É absolutamente legal e devido o julgamento das contas de governo pela Câmara de Vereadores, condição outorgada pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal, confirmando-se tal autorização pela Resolução Normativa TCEAL nº 13/2022, no seu sétimo considerando.

A autorização para Assembleia Legislativa de Alagoas julgar as contas do Governo do Estado através dos documentos em seus arquivos, não tendo recebido o Parecer Prévio do TC, está contida no § 6º, do art. 91, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas, o que permite, por simetria o julgamento sem o Parecer Prévio do TC, situação também permitida pelo 7º "considerando", da Resolução Normativa TCEAL nº 013/2022.

O relatório apresenta farta comprovação da fundamentação legal em todos os aspectos e circunstâncias dispostos no mesmo, tendo sido utilizadas as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno da Câmara, os Códigos Penal e Civil, as Leis Complementares nº 95/98, 101/00 e 141/12, Leis nºs 4.320/64, 8.212/91, 8.429/92, 12.527/11, Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno. Instruções Normativas e Resoluções Normativas do TCEAL, Normas Básicas do Conselho Federal de Contabilidade, Decretos-Lei nºs 4.657/42, 9.295/46 e 201/67, farras Doutrinas e Jurisprudência e decisões de Tribunais de Contas de outros Estados.

Dadas as limitações técnicas para a confecção do relatório conclusivo dada a sua riqueza de detalhes o que assegura à Câmara o máximo de segurança aos Vereadores quanto a um julgamento adequado e capaz de levar ao conhecimento da população, no seu compromisso constitucional de transparência, precisou de muito tempo para realizar tal tarefa, isto sem pensar nas dificuldades na obtenção de documentos indispensáveis à segurança das suas responsabilidades, como está disposto no relatório em face de que alguns documentos importantes não foram publicados, o que privou a

sociedade das informações capitais para a supremacia do interesse público.

É necessário informar que há 13 anos a Câmara, por não ter recebido Pareceres Prévios do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, sendo estes, de acordo com o § 1º, do art. 1º, da Lei Estadual nº 5.604/94, a Lei Orgânica do TCEAL, da época das contas e da atual, a Lei nº 8.790/22, o encarregado do julgamento de contas e na fiscalização que lhe com-pete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas, mas sobre a apreciação das contas de governo, em consonância com os incisos I e julgar as contas de gestão, conforme incisos II e III, do mesmo artigo, da mesma lei.

Com o acima disposto, fica claro que o Tribunal de Contas não julga contas de governo.

O relatório apresenta alto grau de confiabilidade e traz a repetição de leis e normas em tópicos, mas não se traduzem em redundância. Explica-se que as citações de leis nestas condições decorrem da existência de várias impropriedades e irregularidades em muitas ações governamentais.

O § 1º, do art. 57, da Lei Complementar nº 101/00, a Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que no caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias para a emissão dos Pareceres Prévios, no entanto, ao receber o dito parecer, se a Câmara já tiver julgado as contas, caberá a esta analisar a posição do TC comparando-a com o julgamento legislativo e tomando as providências que o caso poderá requerer.

Um dos mais importantes diplomas legais que asseguram a legitimidade de que as leis produzem efeitos, no caso da normalidade do processo legislativo, foram observadas algumas falhas no sentido do art. 18 da Lei Complementar nº 95/98.

Conclui-se que o relatório e a decisão da Câmara são legais, mas que quanto aos aspectos ligados a execução das funções orçamentária, patrimonial e financeira deverá ser apresentado parecer conclusivo da Comissão de Finanças e Orçamento, devendo igual procedimento ser adotado pela Comissão de Obras, pois o relatório diz que foi muito grande o prejuízo dos habitantes de Delmiro Gouveia pelo não cumprimento das receitas não realizadas ligadas a investimentos.

Esta relatora, após análise detalhada de tudo que diz respeito ao que é proposto, entende, claramente, que não existe óbice à aprovação da Câmara ao importante documento e quanto ao julgamento das contas municipais do ano de 2018, sem o parecer prévio do TCEAL, mas a Câmara deve assumir o compromisso de rever a sua situação dependendo dos termos conclusivos do Parecer Prévio opinativo do TCEAL e afirma que não existe inconstitucionalidade nem ilegalidade que não permita a tramitação normal do julgamento das contas.

DECISÃO DA RELATORA

Diante do competente relatório da Relatora Especial desta Comissão, que não existe impedimento à aprovação da Câmara ao relatório e quanto ao julgamento das contas municipais do ano de 2018, sem o parecer prévio do TCEAL, mas a Câmara deve assumir o compromisso de rever a sua situação dependendo dos termos finais do Parecer Prévio opinativo do TCEAL e afirma que não existe inconstitucionalidade nem ilegalidade que não permita a tramitação normal do julgamento das contas.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, 05 de dezembro de 2023.

HENRIQUETA EVA CARDEAL

Relatora Especial

Publicado por:

Erika Vanessa Melo de Lima

Código Identificador:FEAE5303

CÂMARA MUNICIPAL

PARECER ESPECIAL - REDAÇÃO FINAL Nº 12/2023

PARECER ESPECIAL EM SUBSTITUIÇÃO A COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO, EDUCAÇÃO, SAÚDE E REDAÇÃO FINAL Nº 012/2023



FUNCIONÁRIO: MARIA LÚCIA DA SILVA

TELEFONE: (82) 9 9921-2304

ENCAMINHA O PARECER ESPECIAL Nº 010/2023, REFERENTE AO OFÍCIO Nº 106/2023 - RELATÓRIO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS MUNICIPAIS DE GOVERNO DE 2017, 2018, 2019 E 2020.

PRESIDÊNCIA



Câmara Municipal de Delmiro Gouveia
CNPJ: 12.421178/0001-95
Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04

GABINETE DA RELATORA

Encaminhamento ao presidente

Delmiro Gouveia, 06 de dezembro de 2023.

AO: Senhor Presidente,

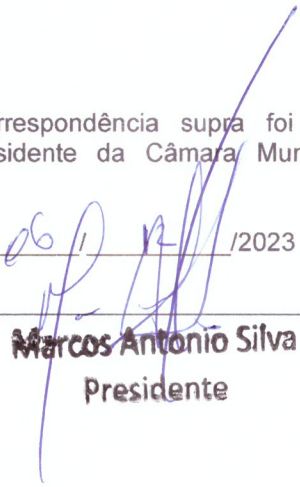
Observado o Regimento Interno desta Casa Legislativa, e observando ainda, que esta Relatora Especial em substituição ao da Comissão de Justiça, após análise da matéria, esta relatora conclui ainda pelo seu parecer favorável à autonomia e legalidade da câmara quanto a sua competência de julgar as contas de governo do município.

Encaminha o Parecer Especial nº 010/2023, referente ao ofício nº 106/2023 – Relatórios das Prestações de Contas Municipais de Governo do ano 2017.

Henriqueta Eva Cardeal
Relatora

Certifico que a correspondência supra foi recebida pelo Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia.

Em: 06/12/2023



Marcos Antonio Silva
Presidente

AFIXADO E PUBLICADO NO
MURAL DA CAMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DO MUNICIPIO
DE DELMIRO GOUVEIA-AL, PARA
FINS DE PUBLICIDADE.

Em: 06/12/2023



NÚMERO: 12060002/2023

DATA ENTRADA: 06/12/2023

DEPARTAMENTO:PROTOCOLO

FUNÇÃO: MARIA LÚCIA DA SILVA

NOME: CAMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

ENDEREÇO: TRAVESSA LUIZ CARLOS CAVALCANTE DE LIMA, 04,
CENTRO, DELMIRO GOUVEIA/AL

OFICIO

OFÍCIO Nº 019/2023

ASSUNTO: ENCAMINHA OS RELATÓRIOS DAS PRESTAÇÃO DE CONTAS ESSE ÓRGÃO PARA ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECERES: OFÍCIO Nº 106 - RELATÓRIO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS MUNICIPAIS DE GOVERNO DE 2017, 2018, 2019 E 2020.

DATA

DESTINO

06/12/2023

GABINETE EVERTON ROCHA



GABINETE DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS
Câmara Municipal de Delmiro Gouveia - CNPJ: 12.421178/0001-95
Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04

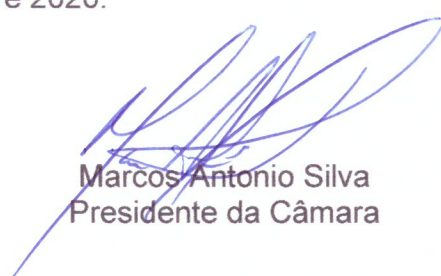
Ofício nº 019/2023

Delmiro Gouveia, 06 de dezembro de 2023.

A: Comissão de Finanças, Orçamento, Tomada de Contas e Postura.

Observado o art. 53, §§ 1º e 2º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, encaminho os relatórios das Prestações de Contas esse órgão para análise e emissão de pareceres:

Ofício nº 106-Relatórios das Prestações de Contas Municipal de Governo dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020.


Marcos Antonio Silva
Presidente da Câmara

Certifico que a correspondência supra foi
recebida pelo Exmº Sr. Vereador
Everton Henrique, Presidente da CFO.
Em: 06 / 12 / 2023

AFIXADO E PUBLICADO NO
MURAL DA CAMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DO MUNICIPIO
DE DELMIRO GOUVEIA-AL, PARA
FINS DE PUBLICIDADE.

Em: 06 / 12 / 2023



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

PROTOCOLO GERAL

NÚMERO: 12080001/2023

DATA ENTRADA: 08/12/2023

DEPARTAMENTO: PROTOCOLO

FUNCIONÁRIO: MARIA LÚCIA DA SILVA

REQUERENTE

NOME: EVERTON HENRIQUE BARBOSA ROCHA

ENDEREÇO: RUA GENERAL NILTON CAVALCANTE, 10, BAIRRO
ELDORADO, DELMIRO GOUVEIA/AL

ASSUNTO

OFICIO

OFÍCIO Nº 021/2023

ASSUNTO: ENCAMINHA OS RELATÓRIOS DAS PRESTAÇÃO DE CONTAS ESSE ÓRGÃO
PARA ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECERES:

RELATÓRIO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2017.

RELATÓRIO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2018.

RELATÓRIO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

ANDAMENTOS

DATA	DESTINO
08/12/2023	GABINETE SIMPLEMENTE JAMIL



GABINETE DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS
Câmara Municipal de Delmiro Gouveia - CNPJ: 12.421178/0001-95
Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04

Ofício nº 021/2023

Delmiro Gouveia, 08 de dezembro de 2023.

A: Vereador Simplesmente Jamil.

Observado o art. 53, §§ 1º e 2º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, encaminho os relatórios das Prestações de Contas esse órgão para análise e emissão de pareceres:

Relatório da Prestação de Contas do exercício financeiro do exercício financeiro de 2017.

Relatório da Prestação de Contas do exercício financeiro do exercício financeiro de 2018.

Relatório da Prestação de Contas do exercício financeiro do exercício financeiro de 2019.

Relatório da Prestação de Contas do exercício financeiro do exercício financeiro de 2020.

Everton Henrique Barbosa Rocha
Presidente da CFO

Certifico que a correspondência supra foi recebida pelo Exmº Sr. Vereador Simplesmente Jamil.

Em: 08 / 12 / 2023

**AFIXADO E PUBLICADO NO
MURAL DA CAMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DO MUNICIPIO
DE DELMIRO GOUVEIA-AL, PARA
FINS DE PUBLICIDADE.**

Em: 08 / 12 / 2023



CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA
ESTADO DE ALAGOAS
Travessa Luiz Carlos Cavalcante Lima, 04.

PORTARIA Nº 01/2023 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA SIMPLEMENTE JAMIL VEREADOR DESTA CASA
LEGISLATIVA.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE
CONTAS E POSTURA - AL**, deste Município, no uso de suas atribuições legais de acordo com **art. 47**, do
Regimento Interno desta casa.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o vereador SIMPLEMENTE JAMIL como relator da Comissão de
Finanças para apresentar parecer sobre o Ofício nº 106/2023, de autoria do Poder Executivo que dispõe
sobre o Relatório da Prestação de Contas de Governo do exercício financeiro de 2017, do Prefeito do
município de Delmiro Gouveia-AL, e dá outras providências,

Art. 2º - Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de 08 de dezembro 2023, revogadas as
disposições em contrário.

Delmiro Gouveia – AL, 08 de dezembro de 2023.

Everton Henrique Barbosa
Presidente da comissão de Finanças

DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE – Rubens Souza Silva, Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Delmiro
Gouveia, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o determinado pela legislação vigente,
DECLARA para fins de comprovação, que a portaria 18/2023 editado em 08 de dezembro de 2023, foi publicado através
de fixação, no Quadro Público de Publicação desta Câmara Municipal, e arquivada no Gabinete da Presidência, em 08 de
dezembro de 2023 . O referido é verdade e dou fé.

Rubens Souza Silva
Diretor Administrativo
Matricula nº 883

**AFIXADO E PUBLICADO NO
MURAL DA CAMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DO MUNICIPIO
DE DELMIRO GOUVEIA-AL, PARA
FINS DE PUBLICIDADE.**

situação também permeada pelo 7º "considerando", da Resolução Normativa TCEAL nº 013/2022.

O relatório apresenta farta comprovação da fundamentação legal em todos os aspectos e circunstâncias dispostas no mesmo, tendo sido utilizadas as Constituições Federal e Estadual, a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno da Câmara, os Códigos Penal e Civil, as Leis Complementares nº 95/98, 101/00 e 141/12, Leis nºs 4.320/64, 8.212/91, 8.429/92, 12.527/11, a Lei Orgânica, o Regimento Interno da Câmara, Instruções Normativas, Resoluções Normativas e Decisões do TCEAL, Normas Básicas do Conselho Federal de Contabilidade, Decretos-Lei nºs 4.657/42 e 201/67, farta Doutrina, Jurisprudência e decisões de Tribunais de Contas de outros Estados. Dadas as limitações técnicas para a confecção do relatório conclusivo dada a sua riqueza de detalhes o que assegura à Câmara o máximo de segurança aos Vereadores quanto a um julgamento adequado e capaz de levar ao conhecimento da população, no seu compromisso constitucional de transparência, precisou de muito tempo para realizar tal tarefa, isto sem pensar nas dificuldades na obtenção de documentos indispensáveis à segurança das suas responsabilidades, como está disposto no relatório em face de que alguns documentos importantes não foram publicados, o que privou a sociedade das informações capitais para a supremacia do interesse público, em desobediência ao disposto no caput do art. 37, da Constituição Federal e art. 91 da Lei Orgânica Municipal, instrumentos legais que o Prefeito prometeu cumprir no ato da sua posse no cargo de governo.

É necessário informar que há 13 anos a Câmara, por não ter recebido Pareceres Prévios do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, sendo estes, de acordo com o § 1º, do art. 1º, da Lei Estadual nº 5.604/94, a Lei Orgânica do TCEAL, da época das contas e da atual, a Lei nº 8.780/22, o encarregado do julgamento de contas e na fiscalização que lhe compete, o Tribunal decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas, mas sobre a apreciação das contas de governo, em consonância com os incisos I e julgar as contas de gestão, conforme incisos II e III, do mesmo artigo, da mesma lei.

Com o acima disposto, fica claro que o Tribunal de Contas não julga contas de governo.

O relatório apresenta alto grau de confiabilidade e traz a repetição de leis e normas em tópicos, mas não se traduzem em redundância. Explicita-se que as citações de leis nestas condições decorrem da existência de várias imprópriedades e irregularidades em muitos atos governamentais.

O § 1º, do art. 57, da Lei Complementar nº 100/00, a Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que no caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias para a emissão dos Pareceres Prévios, no entanto, ao receber o dito parecer, se a Câmara já tiver julgado as contas, caberá a esta analisar a posição do TC comparando-a com o julgamento legislativo e tomando as providências que o caso poderá requerer.

Um dos mais importantes diplomas legais que asseguram a legitimidade de que as leis produzem efeitos, no caso da normalidade do processo legislativo, foram observadas algumas falhas no sentido do art. 18 da Lei Complementar nº 95/98.

Conclui-se que o relatório e a decisão da Câmara são legais, mas que quanto aos aspectos ligados a execução das funções orçamentária, patrimonial e financeira deverá ser apresentado parecer conclusivo da Comissão de Finanças e Orçamento, devendo igual procedimento ser adotado pela Comissão de Obras, pois o relatório diz que foi muito grande o prejuízo dos habitantes de Delmiro Gouveia pelo não cumprimento das receitas não realizadas ligadas a investimentos.

No relatório estão dispostos alguns procedimentos impróprios na contratação, em julho de 2019, com ref00650 negativos nas contas de 2020, da empresa ADM&TEC, com o objeto de contratação de instituição de ensino para serviços de capacitação profissional com desenvolvimento institucional, análise de contingências passíveis de redução e diagnóstico de contribuições, nos temas de despesas de pessoal e encargos e repasses constitucionais, pelo prazo de 12 (doze) meses, que levaram o município a cometer ilegalidades quanto aos processos de compensação de contribuições previdenciárias que

provocaram ato de infração de mais de doze milhões de reais, de autoria do Ministério da Fazenda.

Essa relatoria, após análise detalhada de tudo que diz respeito ao que é proposto, entende, claramente, que não existe óbice à aprovação da Câmara ao importante documento das contas municipais de governo do ano de 2020 e nem ilegalidade no julgamento da Câmara, objeto do referido relatório e afirma que não existe inconstitucionalidade nem ilegalidade que não permita a tramitação normal do julgamento das contas.

DECISÃO DA RELATORA

Diante do competente relatório da Relatora Especial não resta alternativa a não ser aprovar a autonomia da Câmara para, legalmente, julgar as contas de governo deste município do ano de 2020.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, 08 de dezembro de 2023.

EDNA GOMES BERNARDOS

Relatora Especial

Publicado por:

Erika Vanessa Melo de Lima

Código Identificador: 17B6BC66

CÂMARA MUNICIPAL PORTARIA Nº 01/2023

PORTARIA Nº 01/2023 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2023.

DESIGNA JAMIL CORDEIRO DE ARAUJO FILHO VEREADOR DESTA CASA LEGISLATIVA.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS E POSTURA - AL, deste Município, no uso de suas atribuições legais de acordo com art. 47, do Regimento Interno desta casa.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o vereador JAMIL CORDEIRO DE ARAUJO FILHO como relator da Comissão de Finanças para apresentar parecer sobre o Ofício nº 106/2023, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o Relatório da Prestação de Contas de Governo do exercício financeiro de 2017, do Prefeito do município de Delmiro Gouveia-AL, e de suas providências.

Art. 2º - Dê-se Ciência, Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de 08 de dezembro 2023, revogadas as disposições em contrário.

Delmiro Gouveia – AL, 08 de dezembro de 2023.

Everton Henrique Barbosa

Presidente da comissão de Finanças

DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE – Rubens Souza Silva, Diretor Administrativo da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o determinado pela legislação vigente, DECLARA para fins de comprovação, que a portaria 18/2023 editado em 08 de dezembro de 2023, foi publicado através de fixação, no Quadro Público de Publicação desta Câmara Municipal, e arquivada no Gabinete da Presidência, em 08 de dezembro de 2023 . O referido é verdade e dou fe.

RUBENS SOUZA SILVA

Diretor Administrativo

Matrícula nº 883

Publicado por:

Erika Vanessa Melo de Lima

Código Identificador: 5B97FC13



Câmara Municipal de Delmiro Gouveia-Alagoas CNPJ: 12.421.178/0001-95

Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04 Tel.: 641-2111 e 641-3175 Em: 11/12/2023
Delmiro Gouveia - AL

**AFIXADO E PUBLICADO NO
MURAL DA CAMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DO MUNICIPIO
DE DELMIRO GOUVEIA-AL, PARA
FINS DE PUBLICIDADE.**

Ass:

Página 1 de 5

O RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA
DE CONTAS E POSTURA

RELATÓRIO

O Relator da Comissão de Finanças, Orçamento, Tomada de Contas e Postura, na competência dos artigos 27 e 45 do Regimento Interno da Câmara, apresentam o seu parecer sobre RELATÓRIO DETALHADO, FUNDAMENTADO E CIRCUNSTANCIADO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA-AL. DO EXERCÍCIO DE 2017 que permitirá o justo julgamento das contas pela Câmara de Vereadores.

VOTO DO RELATOR

A Relatora Especial da Comissão de Justiça, Legislação, Educação, Saúde e Redação Final tendo emitido o seu parecer favorável quanto à legalidade sobre o objeto deste parecer e desta Comissão Permanente e competência legal da Câmara para exercer a sua função constitucional, passa o relator da Comissão de Finanças e Orçamento a dar a sua posição.

Como a Câmara, dentro das suas atribuições constitucionais julgou as contas municipais dos exercícios financeiros de 2013 a 2016 e de 2021, através de competente relatório.

No entanto, ficaram em aberto os julgamentos das contas dos anos de 2017 a 2020, tendo o Poder Legislativo justificado as dificuldades técnicas, documentais e falta de publicação de documentos legalmente exigidos, e que, não obstante os seus esforços para consegui-los, mesmo sem a segurança de que tivesse sido atendido o disposto no caput do art. 37 da Constituição Federal, quanto à segurança indispensável, pois é muito comum, que em algumas oportunidades, detectadas algumas imperfeições



Câmara Municipal de Delmiro Gouveia-Alagoas CNPJ: 12.421178/0001-95

*Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04 Tel.: 641-2111 e 641-3175 –
Delmiro Gouveia - AL*

Página 2 de 5

em alguns documentos os mesmos são substituídos, sendo, indiscutivelmente necessário que as decisões tomadas sejam baseadas em documentos que foram levados ao conhecimento público, destacando-se, no entanto que alguns pontos foram analisados à luz de relatórios, assinados pelos responsáveis da época e conseguidos através dos arquivos do município.

Este período em que não foram julgadas as contas de governo na ordem em que se deram as demais, não pode ser interpretado como casuísmo, diante das justificativas apresentadas no relatório de 2017, mas a Câmara está cumprindo o seu papel de forma homogênea.

Chama-se a atenção para os "considerando" nºs 33 a 36, 40, 43, 44 e 47 que tiveram fundamentações legais constantes de cada tópico, destacando-se as exposições em negrito e grifadas.

Igualmente devem ser tratados os destaques da mesma forma de apresentação no tópico sobre a Estrutura Municipal, no conteúdo dos títulos V, XV, XIX, XXVI, XXXIV, XXXV, XXXVII, XXXVIII, XL, XLI e no Relatório de Gestão da Controladoria Geral do Município.

É absolutamente indiscutível o efeito negativo do disposto nos "considerando" e nos títulos acima à supremacia do interesse público, com prejuízos de difícil mensuração que constituem faltas muito graves com descumprimentos de exigências indispensáveis quanto à legalidade das obrigações da administração pública local.

A segurança apresentada no relatório em questão é muito forte uma vez que as referidas contas não foram incluídas nas que são tratadas na Resolução Normativa TCEAL nº 013/2022 que DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DA IMPOSSIBILIDADE MATERIAL DE JULGAMENTO DE MÉRITO EM PROCESSOS DE CONTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

No sétimo considerando da RN acima, está consubstanciada a obrigação da Câmara de julgar as contas de governo,



Câmara Municipal de Delmiro Gouveia-Alagoas CNPJ: 12.421178/0001-95

Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04 Tel.: 641-2111 e 641-3175 –
Delmiro Gouveia - AL

Página 3 de 5

destacando-se que as contas do exercício financeiro ora analisado, conforme o disposto no segundo considerando da RN 013/2022, do TCEAL, que destaca: "o disposto no art. 6º, inc. II c/c art. 19 da Instrução Normativa nº 71/2012 do Tribunal de Contas da União (TCU), que dispensa a instauração de tomada de contas especial quando houver transcorrido prazo superior a dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente."

A Câmara não foi comunicada, de acordo com o art. 5º da RN acima o que dá a clara posição de que as contas de 2017 não se enquadram no disposto no art. 1º, que diz:

Art. 1º Os processos de contas de governo que ingressaram no TCE-AL há mais de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste normativo, deverão ser prontamente arquivados, salvo os que não necessitem de mais instrução pelas diretorias de fiscalização competentes, os quais deverão ser submetidos ao Ministério Público de Contas antes de serem julgados conforme o estado em que se encontrem.

Diante de tantas irregularidades, impropriedades, ilegalidades, inconstitucionalidades e prejuízos à população, este Relator assegura que as contas de governo de 2017, deste município, **não podem ser aprovadas** pela Edilidade, aplicando-se, ao caso, na Câmara, o tratamento de julgamento definitivo de acordo com o § 2º, do art. 94, da Resolução nº 003/2001, do TCEAL combinado com as alíneas a e b, do inciso III, do art. 119, da mesma resolução.

Art. 94. ...



Câmara Municipal de Delmiro Gouveia-Alagoas CNPJ: 12.421178/0001-95

Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04 Tel.: 641-2111 e 641-3175 –
Delmiro Gouveia - AL

Página 4 de 5

§ 2º Definitiva é a decisão transitada em julgado, em vista da qual o Tribunal terá considerado regulares, com ressalvas ou irregulares contas, procedimentos e instrumentos jurídico-administrativos sujeitos a seu exame;

Art. 119. As contas serão julgadas:

§ 2º Definitiva é a decisão transitada em julgado, em vista da qual o Tribunal terá considerado regulares, com ressalvas ou irregulares contas, procedimentos e instrumentos jurídico-administrativos sujeitos a seu exame;

a) grave infração à norma legal ou regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

b) injustificado dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico;

Desta forma, este Relator firma a sua posição favorável à desaprovação das contas de governo do Município de Delmiro Gouveia do exercício financeiro de 2017.



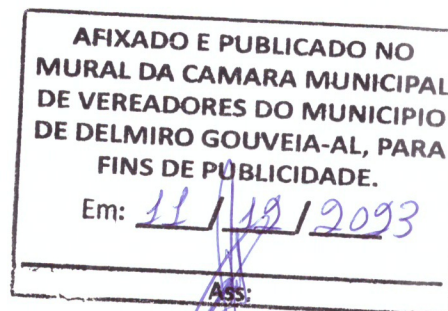
Câmara Municipal de Delmiro Gouveia-Alagoas CNPJ: 12.421178/0001-95

Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04 Tel.: 641-2111 e 641-3175 –
Delmiro Gouveia - AL

Página 5 de 5

Sala do Relator da Comissões da Câmara Municipal de
Delmiro Gouveia, 11 de dezembro de 2023.

Jamil Cordeiro de Araújo Filho
Relator



WEULLER DOUGLAS DE ALMEIDA MARTINS -
Presidente da Comissão

Publicado por:
Weuller Douglas de Almeida Martins
Código Identificador:DC745E49

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS/PROPOSTAS

AVISO DE COTAÇÃO/PROPOSTA DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina/AL, vem através da Secretaria Municipal de Saúde, solicitar de todos os interessados, proposta de preços visando a Contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, nos aparelhos odontológicos da Secretaria Municipal de Saúde de Colônia Leopoldina/AL, na forma do Art. 75, §3º da Lei nº 14.133/2021, demonstrando o interesse em obter propostas adicionais de interessados, para que seja selecionada a proposta mais vantajosa. O Edital, termo de referência e demais anexos, encontrara-se disponível no site da prefeitura no endereço <https://www.colonialeopoldina.al.gov.br/transparencia/cotacoes/>, ou ser solicitado pelo e-mail: cotacoescolonia@gmail.com, ou no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina/AL, situada na Rua 15 de novembro, s/n – Centro, respeitando os 3(três) dias úteis a contar desta publicação.

Informamos que as cotações/propostas, deverão ser enviadas no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar desta publicação deste aviso, no e-mail cotacoescolonia@gmail.com, conforme disposto no edital de dispensa.

Colônia Leopoldina/AL, 18 de dezembro de 2023

OSVILAIR BEZERRA DE BARROS
Secretário de Saúde

Publicado por:
Jodimarco Luiz da Silva Dionizio
Código Identificador:1CC0803F

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIRO SECO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 82/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
202205120005 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2022

EXTRATO DO CONTRATO 82/2023, PROC. ADM. Nº 202205120005. Valor total de R\$ 102.656,05 (Cento e dois mil seiscientos e cinquenta e seis reais e cinco centavos). Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO/AL – CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COQUEIRO SECO, CNPJ nº 12.200.325/0001-05; CONTRATADA: CIRÚRGICA RECIFE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.236.193/0001-84. VIGÊNCIA: 31/12/2023. Signatários: Maria Decele Damaso de Almeida- Contratante e Carlos Henrique Moura da Silva - Contratado.

Publicado por:
Ana Maria Soares da Silva
Código Identificador:61F8846C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeita do Município de Coqueiro Seco/AL, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, nos termos do art. 24, Inc II, da Lei 8.666/93, e suas posteriores alterações, **RATIFICA A DISPENSA**, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SISTEMA DE INDICADORES DO PREVINE BRASIL E E-SUS, para atender necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, ficando adjudicado a empresa vencedora DATASYS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 30.983.690/0001-07, no valor total de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais)

Coqueiro Seco/AL, 01 de Novembro de 2023.

MARIA DECELE DAMASO DE ALMEIDA
Prefeita do Município de Coqueiro Seco - Alagoas

Publicado por:
Ana Maria Soares da Silva
Código Identificador:1D049D6F

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

CÂMARA MUNICIPAL
RELATÓRIO

O RELATOR DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO,
TOMADA DE CONTAS E POSTURA

RELATÓRIO

O Relator da Comissão de Finanças, Orçamento, Tomada de Contas e Postura, na competência dos artigos 27 e 45 do Regimento Interno da Câmara, apresentam o seu parecer sobre RELATÓRIO DETALHADO, FUNDAMENTADO E CIRCUNSTANCIADO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA-AL. DO EXERCÍCIO DE 2017 que permitirá o justo julgamento das contas pela Câmara de Vereadores.

VOTO DO RELATOR

A Relatora Especial da Comissão de Justiça, Legislação, Educação, Saúde e Redação Final tendo emitido o seu parecer favorável quanto à legalidade sobre o objeto deste parecer e desta Comissão Permanente e competência legal da Câmara para exercer a sua função constitucional, passa o relator da Comissão de Finanças e Orçamento a dar a sua posição.

Como a Câmara, dentro das suas atribuições constitucionais julgou as contas municipais dos exercícios financeiros de 2013 a 2016 e de 2021, através de competente relatório.

No entanto, ficaram em aberto os julgamentos das contas dos anos de 2017 a 2020, tendo o Poder Legislativo justificado as dificuldades técnicas, documentais e falta de publicação de documentos legalmente exigidos, e que, não obstante os seus esforços para conseguí-los, mesmo sem a segurança de que tivesse sido atendido o disposto no caput do art. 37 da Constituição Federal, quanto à segurança indispensável, pois é muito comum, que em algumas oportunidades, detectadas algumas imperfeições em alguns documentos os mesmos são substituídos, sendo, indiscutivelmente necessário que as decisões tomadas sejam baseadas em documentos que foram levados ao conhecimento público, destacando-se, no entanto que alguns pontos foram analisados à luz de relatórios, assinados pelos responsáveis da época e conseguidos através dos arquivos do município.

Este período em que não foram julgadas as contas de governo na ordem em que se deram as demais, não pode ser interpretado como casuismo, diante das justificativas apresentadas no relatório de 2017, mas a Câmara está cumprindo o seu papel de forma homogênea.

Chama-se a atenção para os "considerando" n.ºs 33 a 36, 40, 43, 44 e 47 que tiveram fundamentações legais constantes de cada tópico, destacando-se as exposições em negrito e grifadas.

Igualmente devem ser tratados os destaques da mesma forma de apresentação no tópico sobre a Estrutura Municipal, no conteúdo dos títulos V, XV, XIX, XXVI, XXXIV, XXXV, XXXVII, XXXVIII, XL, XLI e no Relatório de Gestão da Controladoria Geral do Município.

É absolutamente indiscutível o efeito negativo do disposto nos "considerando" e nos títulos acima à supremacia do interesse público, com prejuízos de difícil mensuração que constituem faltas muito graves com descumprimentos de exigências indispensáveis quanto à legalidade das obrigações da administração pública local. A segurança apresentada no relatório em questão é muito forte uma vez que as referidas contas não foram incluídas nas que são tratadas na Resolução Normativa TCEAL nº 013/2022 que DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DA IMPOSSIBILIDADE MATERIAL DE JULGAMENTO DE MÉRITO EM PROCESSOS DE CONTAS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

No sétimo considerando da RN acima, está consubstanciada a obrigação da Câmara de julgar as contas de governo, destacando-se que as contas do exercício financeiro ora analisado, conforme o disposto no segundo considerando da RN 013/2022, do TCEAL, que destaca: "o disposto no art. 6º, inc. II c/c art. 19 da Instrução Normativa nº 71/2012 do Tribunal de Contas da União (TCU), que dispensa a instauração de tomada de contas especial quando houver transcorrido prazo superior a dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente."

A Câmara não foi comunicada, de acordo com o art. 5º da RN acima o que dá a clara posição de que as contas de 2017 não se enquadram no disposto no art. 1º, que diz:

Art. 1º Os processos de contas de governo que ingressaram no TCEAL há mais de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste normativo, deverão ser prontamente arquivados, salvo os que não necessitem de mais instrução pelas diretorias de fiscalização competentes, os quais deverão ser submetidos ao Ministério Público de Contas antes de serem julgados conforme o estado em que se encontrem.

Diante de tantas irregularidades, impropriedades, ilegalidades, inconstitucionalidades e prejuízos à população, este Relator assegura que as contas de governo de 2017, deste município, não podem ser aprovadas pela Editalidade, aplicando-se, ao caso, na Câmara, o atamento de julgamento definitivo de acordo com o § 2º, do art. 94, da Resolução nº 003/2001, do TCEAL combinado com as alíneas a e b, do inciso III, do art. 119, da mesma resolução.

Art. 94. ...

§ 2º Definitiva é a decisão transitada em julgado, em vista da qual o Tribunal terá considerado regulares, com ressalvas ou irregulares contas, procedimentos e instrumentos jurídico-administrativos sujeitos a seu exame;

Art. 119. As contas serão julgadas:

§ 2º Definitiva é a decisão transitada em julgado, em vista da qual o Tribunal terá considerado regulares, com ressalvas ou irregulares contas, procedimentos e instrumentos jurídico-administrativos sujeitos a seu exame;

a) grave infração à norma legal ou regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;
b) injustificado dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico;

Desta forma, este Relator firma a sua posição favorável à desaprovação das contas de governo do Município de Delmiro Gouveia do exercício financeiro de 2017.

Sala do Relator da Comissão da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, 11 de dezembro de 2023.

JAMIL CORDEIRO DE ARAÚJO FILHO

Relator

Publicado por:

Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador: A963219A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO AVISO DE LICITAÇÃO

Processo n.º09150022/2022

Pregão Eletrônico nº011/2023 3º Chamada

Tipo: Menor Preço por lote de itens

Disponibilidade: <http://www.licitacoes-e.com.br>

Objeto: Registro de preço para fornecimento de materiais de expediente para atender as necessidades das secretarias Municipais e recomposição de estoque do almoxarifado municipal.

Data de realização: 05 de fevereiro de 2024 às 08:00h.

Processo n.º0500.007365/2023

Pregão Eletrônico nº048/2023 2º Chamada

Tipo: Menor Preço por lote de itens

Disponibilidade: <http://www.licitacoes-e.com.br>

Objeto: Registro de preço para contratação de empresa especializada para fornecimento de gelo.

Data de realização: 07 de fevereiro de 2024 às 08:00h.

Processo n.º0500.009304.2023

Pregão Eletrônico nº049/2023 2º Chamada

Tipo: Menor Preço por lote de itens

Disponibilidade: <http://www.licitacoes-e.com.br>

Objeto: Registro de preço Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de conserto e manutenção com troca de peças e aferição junto ao Inmetro em tacógrafos dos veículos que compõem a frota do município de Delmiro Gouveia/AL.

Data de realização: 08 de fevereiro de 2024 às 08:00h.

Informações: cpldelmiro@outlook.com

ERIKA VANESSA MELO DE LIMA

Pregoeira

Publicado por:

Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador: C31A235C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO EXTRATO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 07200045/2022 - Contrato nº 36/2023

Objeto: Publicidade no diário oficial da união, estado de alagoas e jornal tribuna independente de atos no edital.

Contratada: Município de Delmiro Gouveia - AL.

Contratante: Eloah Publicidade e Propaganda Ltda CNPJ nº 11.779.005/0001-80

Vigência: 12 (doze) meses.

ROSANGELLA FREIRE R. M. COSTA

Secretaria Municipal de Administração

Decreto nº 01 de 04 de janeiro de 2021.

Publicado por:

Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador: 61CEAF6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0500.011451.2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2023

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustíveis automotivos



NÚMERO: 12110004/2023

DATA ENTRADA: 11/12/2023

DEPARTAMENTO:PROTOCOLO

FUNCIONÁRIO: MARIA LÚCIA DA SILVA

REQUERENTE

NOME: SIMPLEMENTE JAMIL

ENDEREÇO: RUA 15 DE NOVEMBRO, 255, CENTRO, DELMIRO
GOUVEIA/AL

ASSUNTO

OFICIO

OFÍCIO Nº 022/2023

ASSUNTO: ENCAMINHA O RELATÓRIO DA PRESTAÇÃO DE CONTA ESSE ÓRGÃO PARA ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECERES:

RELATÓRIO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

ANDAMENTOS

Desenvolvimento: <http://www.kalana.com.br>



GABINETE DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS
Câmara Municipal de Delmiro Gouveia - CNPJ: 12.421178/0001-95
Trav. Luiz Carlos Cavalcante de Lima nº 04

Ofício nº 022/2023

Delmiro Gouveia, 11 de dezembro de 2023.

A: Vereador Everton Henrique Barbosa Rocha.
Presidente da CFO.

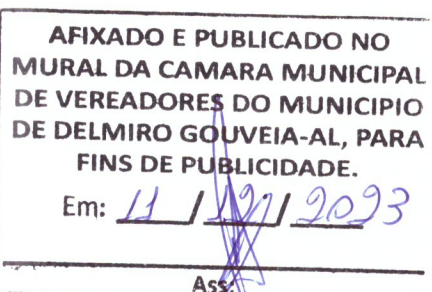
Observado o art. 53, §§ 1º e 2º do Regimento Interno desta Casa Legislativa, encaminho o parecer sobre o relatório da Prestação de Contas 2017, esse órgão.

Parecer nº 34/2023 sobre o Relatório da Prestação de Contas do exercício financeiro do exercício financeiro de 2017.


Simplesmente Jamil
Relator da CFO

Certifico que a correspondência supra foi recebida pelo Exmº Sr. Vereador Everton Henrique Barbosa Rocha.

Em: 11 / 12 / 2023





ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA/AL.
GABINETE DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇA

NOTIFICANTE: **CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 12.436.697/0001-27, estabelecida na travessa Luiz Carlos Cavalcante de Lima, na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

NOTIFICADO: **Sr. ERALDO JOAQUIEM CORDEIRO**, brasileiro, maior, capaz, Ex-Prefeito Municipal de Delmiro Gouveia, portador do documento de Identidade RG nº 404. 258 SSP/AL e CPF nº 354.556.675-72, residente e domiciliado na Cidade de Agua Branca.

Pela presente fica vossa senhoria NOTIFICADO que no dia 22 de dezembro de 2023, às 10h00 horas, para apreciação do relatório, no Plenário da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, as suas contas relativas ao exercício financeiro de 2017, de vossa responsabilidade enquanto Prefeito Municipal de Delmiro Gouveia, com os devidos apontamentos da comissão de finanças.

Fica ainda Vossa Senhoria Notificado que poderá apresentar defesa escrita no prazo de 05 (cinco) dias, para efetivo exercício da ampla defesa e do contraditório, contados do recebimento desta notificação, excluído o dia do vencimento, bem como, sustentar a tese de defesa oralmente no Plenário no dia do julgamento.

Delmiro Gouveia, em 14 de dezembro de 2023.

EVERTON HENRIQUE BARBOSA ROCHA
Presidente da Comissão de Finança da Câmara Municipal

Recebido
15.12.23
Ass.

Fica ainda Vossa Senhoria Notificado que poderá apresentar defesa escrita no prazo de 05 (cinco) dias, para efetivo exercício da ampla defesa e do contraditório, contados do recebimento desta notificação, excluído o dia do vencimento, bem como, sustentar a tese de defesa oralmente no Plenário no dia do julgamento.

Delmiro Gouveia, em 14 de dezembro de 2023.

MARCOS ANTONIO SILVA
Presidente

Publicado por:
Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:57F6C8F7

CÂMARA MUNICIPAL NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 12.436.697/0001-27, estabelecida na travessa Luiz Carlos Cavalcante de Lima, na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

NOTIFICADO: Sr. ERALDO JOAQUIEM CORDEIRO, brasileiro, maior, capaz, Ex-Prefeito Municipal de Delmiro Gouveia, portador do documento de Identidade RG nº404. 258 SSP/AL e CPF nº 354.556.675-72, residente e domiciliado na Cidade de Agua Branca.

Pela presente fica vossa senhoria NOTIFICADO que no dia 22 de dezembro de 2023, às 10h00 horas, para apreciação do relatório, no Plenário da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, as suas contas relativas ao exercício financeiro de 2017, de vossa responsabilidade enquanto Prefeito Municipal de Delmiro Gouveia, assim devidos apontamentos de comissão de finanças.

Fica ainda Vossa Senhoria Notificado que poderá apresentar defesa escrita no prazo de 05 (cinco) dias, para efetivo exercício da ampla defesa e do contraditório, contados do recebimento desta notificação, excluído o dia do vencimento, bem como, sustentar a tese de defesa oralmente no Plenário no dia do julgamento.

Delmiro Gouveia, em 14 de dezembro de 2023.

EVERTON HENRIQUE BARBOSA ROCHA
Presidente da Comissão de Finança da Câmara Municipal

Publicado por:
Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:0672E294

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO DEPARTAMENTO DE COMPRAS

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, COPA E COZINHA, CAMA, MESA E BANHO E UTENSÍLIOS PARA BEBÊ CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE ESTUDO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ESTRUTURAÇÃO DA CASA DO ACOLHIMENTO, E AS DETERMINAÇÕES DE TAC-TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA-AL E O MINISTÉRIO PÚBLICO EM 23 DE MAIO DE 2019.

O Departamento de Compras do Município de Delmiro Gouveia-AL convida as empresas especializadas no fornecimento do objeto acima especificado, a participar da pesquisa de preço conforme planilha descritiva que deverá ser solicitada através do e-mail comprasdelmiro@gmail.com.

JOSÉ CARLOS RODRIGUES
Departamento de Compras

Delmiro Gouveia - AL, 15 de dezembro de 2023.

Publicado por:
José Carlos Rodrigues
Código Identificador:DDAABF46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO DEPARTAMENTO DE COMPRAS

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE FARDAMENTOS. - TRATASE DE UMA CONTRATAÇÃO DIRETA.

O Departamento de Compras do Município de Delmiro Gouveia-AL, convida as empresas especializadas no fornecimento do objeto acima especificado, a participar da pesquisa de preço conforme planilha descritiva que deverá ser solicitada através do e-mail comprasdelmiro@gmail.com.

A cotação deverá ser enviada até o dia 21 de dezembro de 2023.

JOSÉ CARLOS RODRIGUES
Departamento de Compras

Delmiro Gouveia - AL, 15 de dezembro de 2023.

Publicado por:
José Carlos Rodrigues
Código Identificador:DA6223JFI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO PORTARIA Nº 0035/2023

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 0035/2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER, gratificação aos servidores abaixo relacionados:

PLANILHA DE GRATIFICAÇÃO DOS SERVIDORES COMISSONADOS E EFETIVOS		
NOME DO SERVIDOR	CARGO	VALOR DA GRATIFICAÇÃO
MARIA GIOVANILDA SANTOS	AUXILIAR SECRETARIA CC-23	DE R\$ 338,00
BRUNA CAVALCANTI LEITE	MARIA CORDEIRO DIRETOR DEPARTAMENTO CC-07	DE R\$ 1.450,00

REVISÃO DE GRATIFICAÇÃO DOS SERVIDORES COMISSONADOS E EFETIVOS LISTADOS ABAIXO		
NOME DO SERVIDOR	CARGO	VALOR DA GRATIFICAÇÃO
MARCOS CAVALCANTE	AUXILIAR SECRETARIA CC-23	DE R\$ 788,00
CRISTIANO SILVA MOREIRA	AUXILIAR SECRETARIA CC-23	DE R\$ 600,00
CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS	AUXILIAR SECRETARIA CC-23	DE R\$ 200,00
DOUGLAS NOBRE DOS SANTOS	AUXILIAR SECRETARIA CC-23	DE R\$ 580,00
JAIR CORREIA MENDES	AGENTE DE ENDEMIAS	R\$ 750,00

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Delmiro Gouveia/AL, 15 de dezembro de 2023.

ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA
Secretária de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Lucinea Lopes Santos, SI
Código Identificador:C2C80UE



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA/AL.
GABINETE DO PRESIDENTE

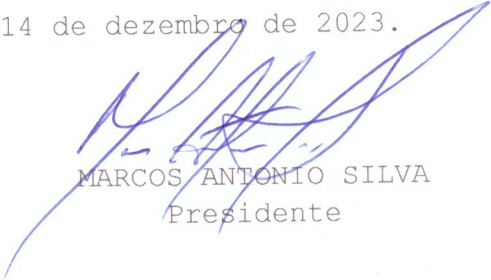
NOTIFICANTE: *CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA*, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 12.436.697/0001-27, estabelecida na travessa Luiz Carlos Cavalcante de Lima, na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

NOTIFICADO: *Sr. ERALDO JOAQUIEM CORDEIRO*, brasileiro, maior, capaz, Ex-Prefeito Municipal de Delmiro Gouveia, portador do documento de Identidade RG nº 404. 258 SSP/AL e CPF nº 354.556.675-72, residente e domiciliado na Cidade de Agua Branca.

Pela presente fica vossa senhoria NOTIFICADO que no dia 22 de dezembro de 2023, às 10h00 horas, para apreciação do relatório, no Plenário da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, as suas contas relativas ao exercício financeiro de 2017, de vossa responsabilidade enquanto Prefeito Municipal de Delmiro Gouveia, com os devidos apontamentos da comissão de finanças.

Fica ainda Vossa Senhoria Notificado que poderá apresentar defesa escrita no prazo de 05 (cinco) dias, para efetivo exercício da ampla defesa e do contraditório, contados do recebimento desta notificação, excluído o dia do vencimento, bem como, sustentar a tese de defesa oralmente no Plenário no dia do julgamento.

Delmiro Gouveia, em 14 de dezembro de 2023.


MARCOS ANTONIO SILVA
Presidente

*Recebido
18-12-23
Recd.
145*

ato representado por seu Prefeito Maurício de Vasconcelos Holanda, inscrito no CPF/MF sob o n.º 475.432.724-15.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do termo de Cooperação Técnica nº 05/2020.

DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO:

PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: 36 meses;

SIGNATÁRIOS: acima mencionados.

MAURÍCIO DE VASCONCELOS HOLANDA

Prefeito

Publicado por:

Jose Cicero Correia

Código Identificador:DED0C0E2

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA LEOPOLDINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO 29/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Ref. Pregão Eletrônico nº 29/2023.
Registro de Preços

O Prefeito do Município de Colônia Leopoldina/AL, no uso de suas atribuições e prerrogativas, considerando legais os procedimentos adotados, e, ainda, para que se produzam os devidos e legais efeitos,

RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 29/2023 (BNC – **BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**), cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para aquisição de Água Mineral, destinados à manutenção das atividades das Secretarias do Poder Executivo de Colônia Leopoldina/AL, em favor da(s) empresa(s) **A M DA SILVA GÁS**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.765.342/0001-28) com os lotes: 1, 2, 3, 4 e 5 no valor total de R\$148.343,60 (cento e quarenta e oito mil e trezentos e quarenta e três reais e sessenta centavos), conforme resultado da Plataforma do Bolsa Nacional de Campos – BNC, que na ocasião atendeu(ram) aos termos do instrumento convocatório da licitação, para a execução do objeto licitado, ficando a(s) mesma(s) convocada(s) para assinatura da ata de registro de preços, nos termos do art. 64 caput, da lei nº 8.666/93, sob as penas da lei.

Publique-se como condição de eficácia dos autos.

Colônia Leopoldina/AL, 15 de dezembro de 2023.

MANUILSON ANDRADE SANTOS
Prefeito

Publicado por:

Jodimarco Luiz da Silva Dionizio

Código Identificador:AFA5031E

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 65, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

DECRETO Nº 65, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2023.

Decreta situação de emergência do Município de Craíbas/al, em razão de causa climatológica, decorrente da seca – estiagem, com fulcro na portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022 – COBRADE 1.4.1.1.0.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRAÍBAS, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, demais normas vigentes e,
Considerando que, o Município de Craíbas permanece sofrendo com

causando danos humanos e prejuízos econômicos essenciais à municipalidade;

Considerando que, devido à estiagem, várias famílias encontram-se sem água potável para o próprio consumo;

Considerando que, parte da economia do Município é gerada pela produção primária, a qual é extremamente afetada pela estiagem;

Considerando que, se impõe ao Município a adoção de ações emergenciais com vistas a minimizar essa situação de profunda gravidade socioeconômica;

Considerando que, compete ao Estado restabelecer a situação de anormalidade e preservar seu patrimônio ambiental e o bem-estar da população e, nesse sentido, adotar as medidas que se fizerem necessárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada a Situação de Emergência no Município de Craíbas, em virtude do desastre classificado e codificado como estiagem, conforme Portaria nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, COBRADE 1.4.1.4.0.

Art. 2º Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais, no âmbito de suas competências, para envidar esforços no intuito de apoiar as ações e resposta aos desastres, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da aludida data.

Registre-se. Publique-se.

TEÓFILO JOSÉ BARROSO PEREIRA
Prefeito

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Decreto nº 65, de 13 de dezembro de 2023, registrado na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e publicado no Mural de Publicações afixado no átrio do Prédio Sede da Prefeitura de Craíbas, bem como encaminhado para publicação no Diário Oficial da Associação dos Municípios Alagoanos (DOAMA), no décimo terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três (13/12/2023).

VITOR SIMPLICIO BARBOSA

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:

Maisa Rafaela Barbosa Santos Sousa

Código Identificador:816A7A0B

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

CÂMARA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 12.436.697/0001-27, estabelecida na travessa Luiz Carlos Cavalcante de Lima, na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

NOTIFICADO: Sr. ERALDO JOAQUIEM CORDEIRO, brasileiro, maior, capaz, Ex-Prefeito Municipal de Delmiro Gouveia, portador do documento de Identidade RG nº404. 258 SSP/AL e CPF nº 354.556.675-72, residente e domiciliado na Cidade de Agua Branca.

Pela presente fica vossa senhoria NOTIFICADO que no dia 22 de dezembro de 2023, às 10h00 horas, para apreciação do relatório, no Plenário da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, as suas contas relativas ao exercício financeiro de 2017, de vossa responsabilidade enquanto Prefeito Municipal de Delmiro Gouveia, com os devidos apontamentos da comissão de finanças.

Fica ainda Vossa Senhoria Notificado que poderá apresentar defesa escrita no prazo de 05 (cinco) dias, para efetivo exercício da ampla defesa e do contraditório, contados do recebimento desta notificação, excluído o dia do vencimento, bem como, sustentar a tese de defesa oralmente no Plenário no dia do julgamento.

Delmiro Gouveia, em 14 de dezembro de 2023.

MARCOS ANTONIO SILVA
Presidente

Publicado por:
Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:57F6C8F7

CÂMARA MUNICIPAL NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ nº 12.436.697/0001-27, estabelecida na travessa Luiz Carlos Cavalcante de Lima, na cidade de Delmiro Gouveia, Estado de Alagoas.

NOTIFICADO: Sr. ERALDO JOAQUIEM CORDEIRO, brasileiro, maior, capaz, Ex-Prefeito Municipal de Delmiro Gouveia, portador do documento de Identidade RG nº404. 258 SSP/AL e CPF nº 354.556.675-72, residente e domiciliado na Cidade de Agua Branca.

Pela presente fica vossa senhoria NOTIFICADO que no dia 22 de dezembro de 2023, às 10h00 horas, para apreciação do relatório, no Plenário da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, as suas contas relativas ao exercício financeiro de 2017, de vossa responsabilidade enquanto Prefeito Municipal de Delmiro Gouveia, como devidos apontamentos da comissão de finanças.

Fica ainda Vossa Senhoria Notificado que poderá apresentar defesa escrita no prazo de 05 (cinco) dias, para efetivo exercício da ampla defesa e do contraditório, contados do recebimento desta notificação, excluído o dia do vencimento, bem como, sustentar a tese de defesa oralmente no Plenário no dia do julgamento.

Delmiro Gouveia, em 14 de dezembro de 2023.

EVERTON HENRIQUE BARBOSA ROCHA
Presidente da Comissão de Finança da Câmara Municipal

Publicado por:
Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:0672E294

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO DEPARTAMENTO DE COMPRAS

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, COPA E COZINHA, CAMA, MESA E BANHO E UTENSÍLIOS PARA BEBÊ CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE ESTUDO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA ESTRUTURAÇÃO DA CASA DO ACOLHIMENTO, E AS DETERMINAÇÕES DE TAC-TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA-AL E O MINISTÉRIO PÚBLICO EM 23 DE MAIO DE 2019.

O Departamento de Compras do Município de Delmiro Gouveia-AL convida as empresas especializadas no fornecimento do objeto acima especificado, a participar da pesquisa de preço conforme planilha descritiva que deverá ser solicitada através do e-mail comprasdelmiro@gmail.com.

A cotação deverá ser enviada até o dia 21 de dezembro de 2023.

JOSÉ CARLOS RODRIGUES
Departamento de Compras

Delmiro Gouveia – AL, 15 de dezembro de 2023.

Publicado por:
José Carlos Rodrigues
Código Identificador:DDAABF46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO DEPARTAMENTO DE COMPRAS

AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE FARDAMENTOS. – TRATASE DE UMA CONTRATAÇÃO DIRETA.

O Departamento de Compras do Município de Delmiro Gouveia-AL convida as empresas especializadas no fornecimento do objeto acima especificado, a participar da pesquisa de preço conforme planilha descritiva que deverá ser solicitada através do e-mail comprasdelmiro@gmail.com.

A cotação deverá ser enviada até o dia 21 de dezembro de 2023.

JOSÉ CARLOS RODRIGUES
Departamento de Compras

Delmiro Gouveia – AL, 15 de dezembro de 2023.

Publicado por:
José Carlos Rodrigues
Código Identificador:DA6223F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO PORTARIA Nº 0835/2023

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 0835/2023

A PREFEITA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER, gratificação aos servidores abaixo relacionados:

PLANILHA DE GRATIFICAÇÃO DOS SERVIDORES COMISSIONADOS E EFETIVOS		
NOME DO SERVIDOR	CARGO	VALOR DA GRATIFICAÇÃO
MARIA GIVANILDA SANTOS	AUXILIAR SECRETARIA CC-23	R\$ 338,00
BRUNA CAVALCANTI LEITE	MARIA CORDEIRO DIRETOR DEPARTAMENTO CC-07	R\$ 1.450,00

REVISÃO DE GRATIFICAÇÃO DOS SERVIDORES COMISSIONADOS E EFETIVOS LISTADOS ABAIXO		
NOME DO SERVIDOR	CARGO	VALOR DA GRATIFICAÇÃO
MARCOS CAVALCANTE	AUXILIAR SECRETARIA CC-23	R\$ 788,00
CRISTIANO SILVA MOREIRA	AUXILIAR SECRETARIA CC-23	R\$ 600,00
CARLOS RODRIGUES DOS SANTOS	AUXILIAR SECRETARIA CC-23	R\$ 200,00
DOUGLAS NOBRE DOS SANTOS	AUXILIAR SECRETARIA CC-23	R\$ 580,00
JAIR CORREIA MENDES	AGENTE DE ENDEMIAS	R\$ 750,00

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Delmiro Gouveia/AL, 15 de dezembro de 2023.

ROSANGELLA FREIRE R. DE MENEZES COSTA
Secretária de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Lucinea Lopes Santos Silva
Código Identificador:C2C805A2



CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

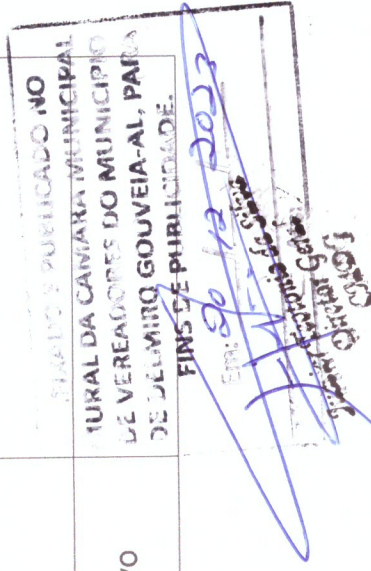
ESTADO DE ALAGOAS

Travessa Luiz Carlos Cavalcante Lima, 04.

Latérias destinadas à Ordem do Dia da Comissão Finança, Orçamento, Tomada de Contas e Postura realizada no dia 22/12/2023.

11ª Sessão Ordinária da Comissão de Finança da 18ª LEGISLATURA.

ITEM	<u>PROPOSIÇÕES</u>	<u>HISTÓRICO</u>	<u>AUTOR</u>	<u>OBSERVAÇÃO</u>
01	Ofício nº 106/2023	Relatório da Prestação de Contas Municipal de Governo do ano de 2017.	Poder Executivo	
02	Projeto de Lei nº 26/2023	Concede remissão da taxa de manejo de resíduos sólidos (TMRS) e da taxa de licença para localização e funcionamento (TLLF) e concede anistia de infrações relativas ao crédito tributário remittido.	Poder Executivo	
03	Projeto de Lei 027/2023	Dispõe sobre alterações da lei municipal nº 1.382/2022 (Código Tributário Municipal)	Poder Executivo	



Delmiro Gouveia, 19 de dezembro de 2023.

Everton Henrique
Presidente

George Lisboa Júnior
Secretário

Lote 38, Sl 01, São Jorge – Maceió/AL, o representante protocolou os envelopes e se retirou antes do início da sessão.

VERTICE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, com o CNPJ sob nº 42.623.135/0001-53 com sede na Av. Fernandes Lima, nº 08, Sala 418, Farol, Maceió/AL, o representante protocolou os envelopes de Habilitação e Proposta de Preços.

METRA CONSTRUÇÕES LTDA, com o CNPJ sob nº 34.348.652/0001-33 com sede na Rua da paz, n/nº, Distrito Santo Antônio, Atalaia/AL, neste ato representado pelo Sr. Rafael Pereira de Souza com CPF sob nº 070.110.684-06.

Após aberto os envelopes contento documentos de habilitação, foi perguntado ao único representante presente se o mesmo tinha alguma objeção que quisesse deixar registrado em ata, o sr. Rafael Pereira de Souza com CPF sob nº 070.110.684-06 representante da empresa METRA CONSTRUÇÕES LTDA informou QUE a empresa VERTICE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA não tinha acervo técnico conforme edital, não mais foi dito e nem perguntado.

A Presidente suspendeu a sessão para análise da documentação de habilitação pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e encaminhamento dos Acervos Técnicos das empresas para análise e emissão de Parecer Técnico do Engenheiro Civil do Município. Após as análises o julgamento dos documentos de habilitação será feito relatório de julgamento que após publicado no diário oficial dos municípios alagoanos será concedido prazo de 5 (cinco) dias para registro de intenção de recurso. Nada mais havendo a constar e relatar deu-se por encerrada a Sessão, lavrando-se a presente Ata que, lida e

achada conforme, vai assinada pelos presentes. A ata da sessão e o resultado da habilitação serão divulgados no Diário dos Municípios Alagoanos – AMA.

KATYUCYA MYCHELLE SILVA CALHEIROS BESERRA
Presidente
Comissão de Licitação do Município de Viçosa/AL

JOSÉ LIRA DA SILVA
Comissão de Licitação do Município de Viçosa

PRUSSIA STEFANE DE ALBUQUERQUE SANTOS
Comissão de Licitação do Município de Viçosa/AL

VIVIANE DA CONCEIÇÃO SILVA
Comissão de Licitação do Município de Viçosa/AL

MIRAMAR CONSTRUTORA LTDA -
Representante ausente

VERTICE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA -
Representante ausente

Metra Construções Ltda
RAFAEL PEREIRA DE SOUZA

Publicado por:
Katyucya Mychelly Silveira Calheiros Beserra
Código Identificador:045E947F

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

CÂMARA MUNICIPAL
11ª SESSÃO ORDINÁRIA

Matérias destinadas à Ordem do Dia da Comissão Finança, Orçamento, Tomada de Contas e Postura realizada no dia 22/12/2023.

11ª Sessão Ordinária da Comissão de Finança da 18ª LEGISLATURA.

ITEM Nº	PROPOSIÇÕES	HISTÓRICO	AUTOR	OBSERVAÇÃO
01	Ofício nº 106/2023	Relatório da Prestação de Contas Municipal de Governo do ano de 2017.	Poder Executivo	
02	Projeto de Lei nº 26/2023	Concede remissão da taxa de manejo de resíduos sólidos (TMRS) e da taxa de licença para localização e funcionamento (TLLF) e concede anistia de infrações relativas ao crédito tributário remittido.	Poder Executivo	
03	Projeto de Lei 027/2023	Dispõe sobre alterações da lei municipal nº 1.382/2022 (Código Tributário Municipal)	Poder Executivo	

Delmiro Gouveia, 19 de dezembro de 2023.

EVERTON HENRIQUE
Presidente

GEORGE LISBOA JÚNIOR
Secretário

Publicado por:
Erika Vanessa Melo de Lima
Código Identificador:C391C157

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESULTADO FINAL PSS-SAUDE

Enfermeiro - 40 horas - R\$ 2.220,00								
NOME	CPF	NASCIMENTO	TÍTULO	EXP. PROFISSIONAL	PROVA OBJETIVA	AV. TÉCNICA	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
1 - SOFIA MARIA DE MENDONÇA VASCONCELOS	###.423.8##-##	25/03/1985	5,00	20,00	14,00	29,00	68,00	CLASSIFICADO
2 - MARIA APARECIDA BARBOZA SANDES	###.199.0##-##	01/01/1970	5,00	20,00	12,50	30,00	67,50	CLASSIFICADO
3 - RAPHAEL DANTAS DE ALMEIDA	###.640.9##-##	05/06/1982	2,50	20,00	13,50	30,00	66,00	CLASSIFICADO
4 - DEBORA VICTORIA BENIGNO SIMOES SAMPAIO	###.659.5##-##	09/12/1981	2,50	20,00	13,00	30,00	65,50	CLASSIFICADO
5 - LAIS VIDAL BARBOZA	###.240.4##-##	16/01/1989	5,00	20,00	11,00	28,50	64,50	CLASSIFICADO
6 - JULIO HENRIQUE DE SANTANA NIETO	###.108.1##-##	22/01/1982	5,00	20,00	12,50	26,00	63,50	CLASSIFICADO



CÂMARA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

ESTADO DE ALAGOAS

Travessa Luiz Carlos Cavalcante Lima, 04.

Matérias destinadas à Ordem do Dia da Comissão de Viação, Obras Públicas, Fazenda, Indústria e Comércio realizada no dia 22/12/2023.

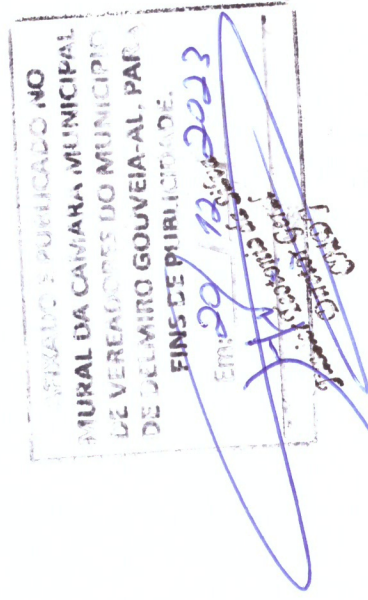
6ª Sessão Ordinária da Comissão de Obras da 18ª LEGISLATURA.

ITEM	<u>PROPOSIÇÕES</u>	<u>HISTÓRICO</u>	<u>AUTOR</u>	<u>OBSERVAÇÃO</u>
01	Ofício nº 106/2023	Relatório da Prestação de Contas Municipal de Governo de 2017.	Poder Executivo	

Delmiro Gouveia, 20 de dezembro de 2023.

Raimundo Valter Benício
Presidente

Edna Gomes Bernardo
Secretária



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2023

OBJETO: o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAL DE REPOSIÇÃO PARA BANDA FANFARRA MUNICIPAL NOSSA SENHORA MÃE DOS HOMENS.**

Fornecedor Beneficiário: **BR3 COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, com o CNPJ sob nº 46.700.625/0001-67.**

Valor Global da ARP **R\$ 19.175,92 (Dezenove mil cento e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos).**

PRAZO: 12 (doze) meses - Coqueiro Seco/AL, em 14 de dezembro de 2023.

MARIA DECELE DAMASO DE ALMEIDA

Órgão Gerenciador

PAULO SÉRGIO RORIZ

Fornecedor Beneficiário

Publicado por:

Ana Maria Soares da Silva

Código Identificador:A98ACF9D

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA

Processo nº: 10030019/2023

Ata de Registro de Preços nº 153/2023

Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 10.040/2023

Órgão Gerenciador: **MUNICÍPIO DE CRAÍBAS/AL, CNPJ nº: 08.439.549/0001-99.**

Fornecedor Beneficiário: **TEXGRAF EDITORA LTDA - EPP, CNPJ sob o nº: 13.898.993/0001-02.**

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material gráfico da saúde para atender as necessidades do Município de Craíbas/AL.

Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

Data de Assinatura: 19 de dezembro de 2023.

Signatários: **Teófilo José Barroso Pereira pelo Órgão Gerenciador e Ligia Franz Oliveira pelo Fornecedor Beneficiário.**

Publicado por:

Tiago José de Lima

Código Identificador:C04BF748

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA

Processo nº: 10030019/2023

Ata de Registro de Preços nº 154/2023

Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 10.040/2023

Órgão Gerenciador: **MUNICÍPIO DE CRAÍBAS/AL, CNPJ nº: 08.439.549/0001-99.**

Fornecedor Beneficiário: **MARCELO SIMONI, CNPJ sob o nº: 04.664.811/0001-48.**

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material gráfico da saúde para atender as necessidades do Município de Craíbas/AL.

Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

Data de Assinatura: 18 de dezembro de 2023.

Signatários: **Teófilo José Barroso Pereira pelo Órgão Gerenciador e Marcelo Simoni pelo Fornecedor Beneficiário.**

Publicado por:

Tiago José de Lima

Código Identificador:CDFC5DBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA

Processo nº: 10030019/2023

Licitação: Pregão Eletrônico SRP nº 10.040/2023

Órgão Gerenciador: **MUNICÍPIO DE CRAÍBAS/AL, CNPJ nº: 08.439.549/0001-99.**

Fornecedor Beneficiário: **MARIA SILVANIA DE FARIAS 41083792415, CNPJ sob o nº: 37.127.556/0001-53.**

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material gráfico da saúde para atender as necessidades do Município de Craíbas/AL.

Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

Data de Assinatura: 19 de dezembro de 2023.

Signatários: **Teófilo José Barroso Pereira pelo Órgão Gerenciador e Maria Silvanias de Farias pelo Fornecedor Beneficiário.**

Publicado por:

Tiago José de Lima

Código Identificador:C15263D2

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA

CÂMARA MUNICIPAL
6º SESSÃO ORDINÁRIA

Matérias destinadas à Ordem do Dia da Comissão de Viação, Obras Públicas, Fazenda, Indústria e Comércio realizada no dia 22/12/2023.

6ª Sessão Ordinária da Comissão de Obras da 18ª LEGISLATURA.

ITEM Nº	PROPOSIÇÕES	HISTÓRICO	AUTOR	OBSERVAÇÃO
01	Ofício nº 106/2023	Relatório da Prestação de Contas Municipal de Governo de 2017.	Poder Executivo	

Delmiro Gouveia, 20 de dezembro de 2023.

RAIMUNDO VALTER BENÍCIO

Presidente

EDNA GOMES BERNARDO

Secretária

Publicado por:

Erika Vanessa Melo de Lima

Código Identificador:C7321BD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo n.º 0500.011628.2023

Pregão Eletrônico nº 056/2023 2º Chamada

Tipo: Maior desconto por lote

Objeto: Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustíveis automotivos no município de Maceió-AL, para atender as necessidades da prefeitura municipal de Delmiro Gouveia-AL.

Data de realização: 15 de janeiro de 2024 às 08:00h.

Informações: cpdelmiro@outlook.com

ERIKA VANESSA MELO DE LIMA

Pregoeira

Publicado por:

Erika Vanessa Melo de Lima

Código Identificador:1139A764

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0839/2023

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 0839/2023